



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA  
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA  
MESTRADO EM FAMÍLIA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**NATHALIE DE JESUS SILVA**

**FILHOS DE PAIS SEPARADOS:  
EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO DA  
NOVA COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

SALVADOR

2013

**NATHALIE DE JESUS SILVA**

**FILHOS DE PAIS SEPARADOS:  
EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO DA  
NOVA COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Família da Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Família da Sociedade Contemporânea.

Orientador: Profa. Livia A. Fialho Costa

SALVADOR

2013

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

S586 Silva, Nathalie de Jesus.  
Filhos de pais separados: experiências de enfrentamento da nova  
composição familiar/ Nathalie de Jesus Silva. – Salvador, 2013.  
73 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em  
Família na Sociedade Contemporânea.  
Orientação: Profa. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa.

1. Família 2. Separação 3. Reconstituição familiar I. Título.

CDU 316.356.2

## TERMO DE APROVAÇÃO

**Nathalie de Jesus Silva**

### **FILHOS DE PAIS SEPARADOS: experiências de enfrentamento da nova composição familiar.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 24 de maio de 2013.

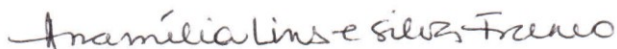
Banca Examinadora:



Dr(a). Livia Alessandra Fialho da Costa  
Orientador



Dr(a). Elaine Pedreira Rabinovich - (UCSal)



Dr(a). Anamélia Lins e Silva Franco - (UFBA)

## **AGRADECIMENTOS**

Na vida encontramos muitos obstáculos, problemas inesperados, situações adversas, que nos levam a parar ou seguir em frente com o propósito de se alcançar aquilo que colocamos como foco, sem pestanejar, nem pensar em recuar. Assim como as supermulheres(heróis) das histórias em quadrinhos, pensam em enfrentar e vencer de forma frenética ao invés de desistir de tudo.

Primeiramente, agradeço a Deus, que me fez estar viva para vivenciar este momento de vitória. A minha amada mãe, que mais uma vez me motivou, e sempre acreditou na minha carreira profissional. A minha tia Jamira, que com seu carinho e perseverança me encorajou a seguir em frente; a minha sempre amiga Ananda que por vezes me acolheu e incentivou e aos demais amigos que acreditaram que este sonho pudesse se tornar realidade. Em particular as minhas colegas de mestrado Ieda e Andrea, com quem convivi um ambiente de verdadeira aprendizagem colaborativa.

Manifesto aqui meus sinceros agradecimentos a todos os professores que ao longo dessa caminhada me ensinaram, e me fizeram crer que a busca do conhecimento é pedra preciosa que nunca se perde. Em especial a minha querida orientadora Livia Fialho que, com seu incentivo, não me fez desistir. Agradeço imensamente a confiança depositada, o apoio, e por ser indiscutivelmente minha referência profissional.

Não posso deixar de citar as minhas sete amigas entrevistadas, que com muita gentileza se disponibilizaram, tiveram paciência, e colaboraram para construção do meu trabalho.

Para ultimar, agradeço a todos os escritores por nos presentear com suas valiosas obras.

*“Os livros não mudam o mundo, quem muda o mundo  
são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”*

Mario Quintana.

## RESUMO

Silva, Nathalie de Jesus. Filhos de pais separados: experiências de enfrentamento da nova composição familiar. 2013. 73f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Família da Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, 2013.

O presente estudo de casos múltiplos tem como objetivo estudar como filhos de casais que se separaram experienciaram esta separação. Optou-se pela pesquisa de tipo qualitativo por meio de questionário semi-estruturado, com perguntas fechadas e abertas, devido à possibilidade de uma coleta de dados mais abrangente. A pesquisa focalizou características da rede social familiar e dos relacionamentos pessoais. A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2012 a 2013, na cidade de Alagoinhas, localizada no estado da Bahia. Teve a participação de sete mulheres, filhas de pais separados, com idades entre 25 e 33 anos, de classe média. Os resultados estão, em parte, apresentados sob a forma de registro das falas dos indivíduos pesquisados, para que se possa ter a dimensão emocional do contexto que vivenciaram – o ambiente familiar. A pesquisa traz como resultados que filhos podem compreender a separação dos pais de forma positiva, assim como a redefinição do seu lugar na família. É o caso daqueles que experimentaram uma nova composição familiar, tornando-se enteados e/meios-irmãos, a partir do surgimento de um novo relacionamento parental. O estudo indicou que o rompimento conjugal é vivenciado de forma diferenciada para os pais e para os filhos, logo não deve ser analisado de forma unificada.

**Palavras-chave:** Família. Separação. Reconstituição familiar.

## ABSTRACT

Silva, Nathalie de Jesus. Children of divorce: experiences of coping with new family composition. In 2013. 73f. Thesis (Master) - Graduate Program in Contemporary Society Family of the Catholic University of Salvador, in 2013.

The present study aims to study, from specific cases, such as the children of couples who separated experienced the separation of their parents. This is a study that is not intended exhaustive, however aims to launch another look at the issue of separation, in this case experienced by children. The research presents a point of view to qualitative methodology with regard to the characteristics of the social network of family and personal relationships that respondents experienced. We opted for semi structured research because of the possibility and flexibility to adapt to the context of the respondent, or their reactions permit a more comprehensive data collection. Data collection was conducted between the years 2012 to 2013, the city of Alagoinhas, located in the state of Bahia, was attended by 7 women daughters of divorced parents, aged 25 and 33 years, responding to a questionnaire of questions closed and open. The results are represented in part in the form of record of the speech of individuals surveyed, so you can have the emotional dimension of context that experienced-the family environment. The research results that bring as many children realize a positive separation. Likewise, the redefinition of its place in the family can be a positive experience: the case of those who have experience da new family composition, becoming step children and /stepbrothers, from the emergence of a new relationship which currently live his father or mother. The study shows that children of divorced parents do not always play with negativity, and can understand positively the separation and the emergence of a new family constitution.

**Keywords:** Family; Separation; Reconstitution family.



<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<i>Capítulo 1:</i>	
<b>UMA ANÁLISE DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>13</b>
1.1 A DIFÍCIL TAREFA DE CONCEITUALIZAR A FAMÍLIA .....	16
1.2 AS VARIADAS MUDANÇAS NO CONTEXTO FAMILIAR .....	22
1.3 A SEPARAÇÃO FAMILIAR .....	23
<i>Capítulo 2:</i>	
<b>RECONSTITUÍDAS, RECOMPOSTAS, RECASADAS.....</b>	<b>32</b>
2.1 FILHOS DIANTE DA SEPARAÇÃO DOS PAIS .....	39
<i>Capítulo 3:</i>	
<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>41</b>
3.1 O MÉTODO .....	42
<b>3.1.1 Iniciando a pesquisa de campo .....</b>	<b>44</b>
3.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS SUJEITOS ESTUDADOS .....	46
<b>3.2.1 Relatos dos informantes .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2.2 Biografia 01 .....</b>	<b>49</b>
<b>3.3.3 Biografia 02 .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2.3 Biografia 03 .....</b>	<b>51</b>
<b>3.2.4 Biografia 04 .....</b>	<b>51</b>
<b>3.2.5 Biografia 05 .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2.6 Biografia 06 .....</b>	<b>53</b>
<b>3.2.7 Biografia 07 .....</b>	<b>53</b>
3.3 REFLETINDO SOBRE OS DADOS .....	54
3.4 DADOS QUALITATIVOS: OS RELATOS .....	55
<b>3.4.1 A Experiência da Separação das filhas de Pais Separados .....</b>	<b>56</b>
<b>3.4.2 Rede Social Familiar.....</b>	<b>58</b>
<b>3.4.3 Relacionamento.....</b>	<b>58</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIO-DEMOGRÁFICO.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE C – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E         ESCLARECIDO.....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

O número de divórcios no Brasil bateu recorde no ano de 2009. Em 2010 foram registrados 243.224 divórcios, entre processos judiciais e escrituras públicas. Isso significa que 1,8 em cada mil pessoas com 20 anos ou mais dissolveram o casamento legalmente. Os dados são das Estatísticas do Registro Civil em 2010, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A sociedade ocidental, denominada atualmente como tradicional, estabeleceu um modelo de família, predispondo ao casamento a uma aposta de manutenção até o fim da vida do casal. Padrões de comportamentos foram instituídos distintamente para homens e mulheres. Ao homem cabe o espaço público e à mulher, o privado, nos limites da família e do lar. A essa distinção estão associados os papéis ideais, o homem provendo a família e a mulher cuidando do lar, cada um desempenhando a sua função. Esses estereótipos são impostos desde muito cedo, enquanto as instituições sociais (família, escola, espaços de socialização) estão preparadas a produzir as representações e práticas ligadas socialmente ao “mundo” feminino e masculino: as meninas são treinadas para o desempenho da função doméstica e são presenteadas com bonecas, casinhas e panelinhas. Aos meninos é reservado um mundo exterior, as brincadeiras de rua, os carros e aviões. Isso enseja a formação de dois mundos: um, de dominação, externo, produtor; o outro, de submissão, interno e reprodutor, levando à geração de um verdadeiro código de honra. Embora os movimentos e conquistas sociais das mulheres, assim como o avanço das tecnologias (em particular, a divulgação e uso dos contraceptivos), tenha feito emergir formas de “igualitarismos”, a sociedade contemporânea ainda outorga ao macho um papel de chefia, esperando uma postura de submissão da fêmea. As mulheres acabam recebendo uma educação diferenciada, possuindo seus corpos e mentes controlados, para com as suas aspirações e desejos. Por isso o tabu da virgindade, a restrição ao exercício da sexualidade e a sacralização da maternidade.

Com a descoberta dos métodos contraceptivos marcando a revolução sexual, bem como o posicionamento das mulheres contra as práticas de dominações e opressões morais, fizeram com que as mesmas exigissem igualdade de direitos e liberdade. As mulheres saíram do ambiente doméstico para que pudessem trabalhar, estudar, participar do meio político, entre outros. Então, a mulher, ao sair da posição de “do lar”, adquiriu uma nova postura

feminina, impondo a redefinição do modelo ideal de família, exigindo do homem a necessidade de dividir as responsabilidades da família e da casa.

Esta transformação, ou novas exigências relacionadas ao desempenho papéis de gênero, provocou o afastamento do parâmetro idealizado, ensejando um “desequilíbrio” que constitui terreno fértil ao surgimento de conflitos.

Tais conflitos vêm, normalmente, acompanhados de experiências desgastantes, uma vez que a separação – sobretudo quando o casal tem filhos – é vista como a ‘quebra’ de um contrato sendo socialmente rejeitada. Conforme Wallerstein e Blakeslee (1991) ninguém quer assumir a responsabilidade pelo fracasso, porque a sociedade geralmente culpa quem solicitou o divórcio, e inocenta – ou, em todo caso, é mais complacente – quem quer manter a união familiar, aquele que aparece como uma vítima do fracasso conjugal. O número de divórcios e de recomposições familiares (das relações legítimas daí decorrentes: meios-irmãos, padrastos, madrastas) vem mudando definitivamente o conceito de família. O divórcio é causa e efeito dessas mudanças. A crença na segurança dos relacionamentos vem sendo inevitavelmente questionadas, pois se modificaram as relações entre homens e mulheres e entre pais e filhos. A separação, apesar de ser um trauma familiar doloroso, é, em muitos casos, a única saída necessária para o bem estar da família.

Optei em empregar a definição de família recasada apresentada por Visher e Visher (1988) nesse estudo, por julgá-la, simultaneamente objetiva e ampla: “Consideramos uma família recasada como um lar onde vive um casal e pelo menos um dos parceiros tem um filho de casamento anterior” (1988, p. 9).

É em torno da trama das experiências individuais dos filhos que desenho esta investigação. O comportamento, os sentimentos que os filhos constroem no percurso de compreensão e enfrentamento da separação dos pais, devido à entrada de um novo membro (padrasto/madrasta), foi instigado em 2006, quando me propus a realizar um estudo que resultou no meu trabalho de conclusão de curso, no qual obtive o grau de bacharel em Psicologia na faculdade Ruy Barbosa. Os estudos que tocam a questão da “separação” familiar, nas mais diferentes áreas e tradições acadêmicas, têm ressaltado a história ou evolução do divórcio, como este era visto socialmente antes e depois da Lei do Divórcio. Como pesquisadora principiante, essa literatura se apresentava como atrativa, ao tempo que criava em mim a curiosidade com relação a como os filhos da dissolução conjugal enfrentavam e compreendiam este processo, já que para o senso comum, a separação é vista como danosa, gerando sequelas psicológicas negativas para os filhos, fracasso escolar, falta de

adaptação social e, em muitos casos, fazendo nascer a suposta tormenta da convivência com padrastos e madrastas. Da mesma forma, a literatura especializada levantava questionamentos sobre o sentido das mudanças no seio familiar, abordando assim a questão crucial para a compreensão da família: a reflexão sobre os laços, compostos ou recompostos, que nos une na contemporaneidade.

Na pesquisa que realizei para a conclusão do curso de bacharel em psicologia, com jovens filhos de casais separados, concluí que a intervenção clínica era insuficiente, já que os pais continuavam a exercer uma forte influência sobre os filhos, logo estes também foram convidados a participar do processo terapêutico. De fato, a separação conjugal promove intensas e estressantes alterações nos relacionamentos familiares e se tornou hoje em dia quase que um acontecimento comum, fazendo parte do cotidiano das famílias. Durante a investigação, que tomou como objeto as narrativas de jovens de famílias cujos os pais se separaram, pude perceber que para os filhos a separação se apresentava como realidade complexa e, na maioria das vezes os jovens relatavam mais pontos positivos do que negativos com a separação dos pais. O relato do fim das hostilidades, a “diminuição dos conflitos em casa” e o “desabrochar de uma vida mais familiar harmônica” parecem ir de encontro a uma série de argumentos levantados na literatura específica sobre o tema. Isso não significa que uma separação seja vivida sem perdas ou sem tensões para o contexto familiar.

Assim, a partir de dados de uma pesquisa anteriormente realizada e dos atendimentos clínicos que realizei, elaborei uma seguinte pergunta de investigação que virá a ser objeto da presente investigação: Como os filhos compreendem a separação dos pais? Como convivem com uma recomposição familiar devido à entrada de um novo membro, padrasto ou madrasta nesta composição? Embora as duas questões norteadoras apontem para possíveis percursos bem distintos, tanto metodológicos, quanto teóricos e de resultados, o pressuposto dessa pesquisa é que filhos de pais separados podem compreender de forma positiva a separação e o surgimento de um novo relacionamento o qual vive atualmente seu pai, mãe e ele como filho, consolidando uma nova formação familiar. A compreensão segundo a qual a ‘segunda família’ não tem o papel de substituir a primeira e sim de instaurar novos laços, parece difícil. No entanto, é ao longo da relação com as novas formas e relações dentro do novo contexto familiar que os sentimentos e representações se desenham (positiva ou negativamente).

A pesquisa empírica, que é a base deste estudo qualitativo, foi realizada em uma cidade do interior da Bahia, além de serem contemplados nas análises aqui apresentadas também dados da pesquisa anterior. Foram entrevistadas sete pessoas do sexo feminino, com

idade entre 27 a 35 anos, residentes da cidade de Alagoinhas-BA, pertencentes à classe média. As participantes se enquadravam na minha linha de pesquisa, já que são filhas de pais separados e que tiveram a experiência, mesmo que temporária da presença de um padrasto/madrasta. Portanto, busquei iniciar o estudo pesquisando sobre a organização da família na sociedade contemporânea.

## ***Capítulo 1:***

# **UMA ANÁLISE DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA**

Atualmente, o estudo da família na contemporaneidade é tema discutido, e valorizado por uma vasta gama de estudiosos que se comprometem a entender os novos arranjos que vieram a surgir, e se asseguram como formas novas de estrutura familiar. São inúmeras as investigações sobre esse tema, que cada vez ganha grande relevância para a comunidade científica. Enquanto profissional de psicologia, e tendo trabalhado atendendo este perfil de sujeito, estudar os sentimentos ou compreensões de pessoas que passaram pela experiência de separação dos pais é de suma importância uma vez que se trata de um tema ainda muito marcado por referências negativas.

A família, assim como outros espaços constituintes do desenvolvimento humano, vem sendo compreendida enquanto alicerce no processo de constituição do indivíduo. É em torno da família que a vida, inicialmente, se estrutura, sendo o primeiro espaço de relações sociais com o qual o indivíduo tem contato. É onde a história, ou as várias histórias do indivíduo começam a ser escritas. Sem dúvida, este aspecto a leva a ser um ‘objeto’ de estudo privilegiado pelas ciências humanas e sociais aplicadas, sem esquecer o campo da saúde.

Dessen e Braz (2005) afirmam que a família tem sua formação e seus papéis desenvolvidos pelos seus membros, tanto no modelo tradicional como em outra maneira: O modelo tradicional é compreendido como um grupo constituído por pai, mãe e filhos naturais desta junção, com atribuições de gênero claramente definidos, ou seja, o pai preenche o papel de provedor material da família e a mãe, a de responsável pelas tarefas domésticas e também pelo cuidado dos filhos. Ainda que esse modelo de família seja a forma mais encontrada nas sociedades ocidentais, diversas outros tipos têm surgido e diferentes padrões de institucionalização de relação afetiva e sexuais passaram a coexistir de forma legítima, havendo, hoje, uma pluralidade de tipos de casamento e formas alternativas de família (DESSEN, BRAZ, 2005).

Segundo Segalen (1999), cada época conhece as suas formas familiares; sociedade e família são os produtos de forças sociais, econômicas e culturais comuns, sem que uma seja o resultado da outra. Partindo deste princípio, a família é vista como uma experiência universal, independente dos arranjos. As mudanças ocorridas nos faz entender que devemos acompanhar

as transformações ao longo do tempo, para ter um entendimento mais efetivo do que é a família, ou melhor, de como ela funciona.

Ao longo da história humana, a família vivencia muitas transformações externas e internas, de caráter sociocultural, à medida que mudam, as estruturas familiares se adaptam às condições físicas e sociais do meio em que vivem.

A família contemporânea passa por mudanças em muitas dimensões, especialmente nas relações intergeracionais e de intimidade, caracterizadas pela maior expressão dos afetos e busca de autonomia dos seus membros, a embasar a construção subjetiva individual (PETRINI, 2003).

As transformações no interior das famílias contemporâneas não produzem, segundo diversos autores, uma mudança radical nos valores que ligam os sujeitos a esta instituição, vista como célula fundamental da sociedade. A este respeito, Petrini (2003), observa que valores tradicionais da família e da santidade do casamento são muitas vezes conservados:

A família constitui um desafio às investigações das Ciências Humanas. Ao longo dos tempos, tal questão está entre as que mais têm causado polêmica. As diversas posições sociais e políticas fazem referência a ela, existindo quase sempre uma preocupação em tudo o que lhe diz respeito. Para alguns, a família, como instituição, está relacionada ao inevitável conservadorismo (PETRINI, 2003, p. 59).

Para além dos valores que se mantém, o autor observa que as transformações sociais não atingem características da família, como, por exemplo, aquela de influenciar na formação da identidade do indivíduo: o afeto, o nível de controle emocional, a proximidade, a divisão hierárquica da família, a responsabilidade, continuam assim sendo da ‘natureza’ desta instituição. Outros consideram a família um recurso para a pessoa e para a sociedade, por inserir o indivíduo em processos fundamentais da constituição da identidade (PETRINI, 2003, p. 59).

As contribuições conceituais são diversas, assim como as possibilidades de arranjos no entendimento e análise dos diversos temas e problemas associados à família contemporânea. Por ser também a família uma instituição “comum” à história dos indivíduos – quando não presenciada, ainda assim resiste na trajetória dos sujeitos como uma vivência desejada – à sua compreensão misturam-se concepções teóricas, mas sobretudo do senso comum, ou seja, daqueles que a experiência como realidade. Em um texto sobre o trabalho sobre e com família, Cynthia Sarti evoca esta questão lembrando-nos que essa aproximação confunde e põe dificuldades ao trabalho com família, notadamente no que diz respeito ao trabalho de atendimento à família.

“[...] a dificuldade que o tema [família] apresenta, por se referir a uma realidade que nos é muito próxima e com a qual tendemos a nos confundir. Exige um esforço de estranhamento, nem sempre fácil, quando estão em jogo outros pontos de vista, diferentes de nossas próprias referências culturais [...]”. (SARTI, 2004, p. 11)

Assim, postula a pesquisadora que por estarmos inevitavelmente emaranhados ao nosso tema de estudo, é preciso cercá-lo de cuidados, afinal a realidade escrita passa pelo olhar do pesquisador. É preciso transformar o que nos é familiar em exótico, na tentativa de não se contaminar com o conhecido, se afastando; e o exótico em familiar, tentando se aproximar daquilo que nos é estranho, para fins de melhor entendimento do que venhamos a estudar (VELHO, 1992).

A família, como todo sistema vivo, apresenta um contínuo processo de transformação, atravessando etapas, que implicam constantes mudanças e adaptações. Com grande acerto disse Michelle Perrot (1993), repetidamente invocada pela doutrina familiarista, que a história da família é longa, não linear, feita de rupturas sucessivas. Estas mudanças e adaptações geram crises, de menor ou maior intensidade, pois ao passar de uma etapa para outra as regras do sistema mudam. Todavia, tais transformações não geram o caos, pois que é da morfologia do sistema familiar a aptidão de se transformar com o tempo.

Segundo Petrini (2003), a família não está somente contida em um tecido relacional, ela mesma é um tipo de relação social, pois estamos nos referindo a tipos de relações conjugais, de intimidade, relações parentais, entre outros relacionamentos. Donati (2008) ressalta que no âmbito público, desde os anos de 1950, havia o domínio de um viés que focava somente indivíduos enquanto seres individuais: o trabalhador, a mulher, a criança e o idoso como se estes pudessem ser vistos e estudados sem estarem e/ou fazerem parte de uma rede de relações familiares. Atualmente já podemos observar uma mudança nesse cenário; o foco na família como rede de relações, sendo mais relevante buscar entender não o que é a família, mas como os membros destas se relacionam.

Vários estudos ao longo das últimas décadas vêm evidenciando o papel central da família em processos sociais, como a formação dos vínculos afetivos com os pais (filiação), com irmãos (fraternidade), avós, tios e cônjuges, os quais possuem grande repercussão para o desenvolvimento da personalidade. Além disso, as mudanças e transições mais importantes do ciclo de vida da pessoa são processos relativos ao contexto familiar, como é o caso do casamento, da maternidade, da paternidade, do envelhecimento, assim como das experiências do nascimento e da morte.



É possível, portanto, observar que mudanças no contexto familiar não são raras em nossa sociedade atual, tornando-se importante reconsiderar as bases sobre as quais se constroem as relações familiares e, sobretudo, o modo como estas relações são vistas pela sociedade, a fim de evitar um desamparo no que diz respeito à capacidade de olhar e assistir às reais necessidades das famílias dos novos tempos.

Na perspectiva de Mello (1995), o senso comum consegue fazer uma representação da família de forma bastante simples e objetiva, que revela, na verdade, a representação saída da sua própria existência. Todavia, ela não pode ser vista como idêntica, já que existem variações que precisamos levar em conta, isto é, de qual família estamos falando de que país, em que momento e em qual época. Para o entendimento da definição da palavra família, ou melhor, das relações familiares, é necessário desconsiderar as ideias pré-estabelecidas para ampliarmos nosso conhecimento do sentido da palavra família como qual estamos habituados, ou seja, a família padrão composta por pai, mãe e filhos.

Corroborando com a ideia da autora acima citada, Bruschini (1993) salienta que a família que conhecemos atualmente, não é uma instituição natural já que sustenta configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica: a reprodução. A autora, assim como muitos outros estudiosos da família, ressalta que o modelo nuclear de família, que a nós parece ser tão natural e único, surgiu a partir do século XVIII, o que nos remete a pensar nas transformações que ocorreram ao longo da história do que vem a ser a família.

## 1.1 A DIFÍCIL TAREFA DE CONCEITUALIZAR A FAMÍLIA

Segundo (1967), o conceito de família se modifica conforme o tipo de sociedade, o tempo e sua estrutura social, Weber (na medida em que sofre as influências dos acontecimentos sociais. Tal afirmação nos faz pensar que para fazer pesquisa com família, é preciso saber contextualizar, de que definição de família nos dirigimos. Em se tratando destas diferentes configurações, Weber (1967) as classifica como: família feudal, aquela constituída por muitas pessoas; a família burguesa, que estaria assegurada pela legislação civil e pelo controle social; e por fim a família nuclear, composta apenas por pai, mãe e filhos.

Com base na literatura e apoiando-se em autores que têm produzido reflexões importantes sobre família no Brasil, pretende-se fazer aqui uma breve incursão na história da formação da família brasileira. Samara (1993) ressalta que o Brasil colonial com sua base econômica rural, agrária, revestida de escravos, e aliada a uma descentralização administrativa local, de uma dispersão da população; gerou a instalação de uma sociedade do tipo patriarcal, ou seja, a família foi intitulada de família patriarcal e a casa grande era o marco deste tipo de arranjo familiar. “Confundiram-se aí vários conceitos: o de família brasileira, que passou a ser sinônimo de patriarcal, e mesmo a família patriarcal, que passou a ser usado como sinônimo de família extensa” (SAMARA, 1993, p.12).

Os modelos tradicionais e hierárquicos de família, a família patriarcal, extensa, de origem ibérica, introduzida no Brasil no período colonial e a família burguesa, nuclear extensa, moldada dentro de rígidos padrões morais de inspiração vitoriana, surgida no país a partir do processo de modernização e industrialização, ambas assentadas na hierarquia e na disciplina, em que as crianças não tinham vontades, mas certo número de regras rígidas de comportamento culminou por dar lugar a um novo modelo de família: a família nuclear simples, formada por pai, mãe e filhos. Essa nova família é fruto das profundas modificações demográficas, sociais e econômicas, ocorridas depois da revolução cultural dos anos 60, caracterizada pelo controle ou planejamento familiar, e pela maior liberalidade dos costumes e da vida sexual.

O que havia se configurado no início do Brasil colônia foi dando espaço a um novo tipo de família nomeada nuclear, onde nota-se uma configuração reduzida, com a presença de poucos membros. Segundo Weber (1967), definir família atualmente torna-se tarefa difícil, já que pode ser perigoso se excluir formas diferenciadas e ainda não nomeadas de organização familiar. A família não é uma instituição natural, assume formas diversas, logo conceituá-la de forma singular nos limita a entender a diversidade de suas configurações.

Tomar a família como objeto de análise tem implicações ideológicas a partir de sua própria definição. Um exemplo é o que ocorre quando a intervenção do Estado privilegia um tipo de família em detrimento de outros (não institucionalizados, ou nos quais as relações entre os membros não podem ser confinadas dentro de uma normalidade que já foi estabelecida a priori pelo jogo de forças culturalmente dominante na sociedade). (BASTOS et al 2002, p. 111).

Singly (2007) ressalta que a família contemporânea constitui-se em um espaço privado, onde os indivíduos que nela estão inseridos tem um empenho maior em estarem

juntos, buscando maior intimidade entre eles. Saliencia o autor que, apesar desta tendência de autores em privatizar a família, esta privatização é vista por ele como uma grande ilusão, já que existe uma intervenção do Estado e das instituições de forma bem significativa sobre as famílias.

Segundo Donati (2008), a família ganha uma forma social disposta a forças opostas, de um lado estaria uma família privatizada, onde se considera as relações internas não ligadas a sociedade, mas como fruto do próprio *self*, ou seja, a família, está livre de qualquer relação com a sociedade, longe de ter qualquer influência, ou responsabilidade pública. Do outro lado, a família com uma dimensão pública, isto é, fruto de interesses públicos, coletivos, onde a esfera pública intervém de forma clara na família; por exemplo, o projeto de lei – Lei das Palmadas - que protege a criança e o adolescente de receber qualquer punição por castigos físicos, Lei 7.672/2010, interferindo desta forma na intimidade, ou mesmo na esfera privada das famílias.

Estudar família na sociedade contemporânea é buscar entender as diversas formas de configuração, de entrelaçamentos, “Ela é, ao mesmo tempo, auto referida na construção do *nós* que constitui o mundo privado – e permanentemente influenciado pelo mundo exterior-público que lhe traz a inevitável dimensão do outro, com a qual tem que lidar”. (SARTI, 2004, p.19). O outro é peça indispensável na constituição e formação do que constitui a família.

O exercício da conceitualização da família exige um olhar atento às diversas correntes e teorias interessadas em examinar este fato social. Ainda que nas nossas representações mais ordinárias, de senso comum, sobre a família apareça a ideia da ‘família’ como indissociavelmente ligada a um domicílio partilhado pelo triângulo pai-mãe-filhos, a experiência prática tem reproduzido outros níveis importantes de conceptualização que dão conta da complexidade deste tipo particular de agrupamento humano.

De acordo com Lévi-Strauss (1956), o que de fato diferencia o homem dos animais irracionais é levar em consideração que uma família não poderia existir sem uma sociedade, isto é, “uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços que não só os consanguíneos, e que o processo natural de filiação somente pode ocorrer através do processo social da afinidade” (LÉVI-STRAUSS, 1956, p.372). Tal trecho nos leva a compreender a relevância das redes sociais na vida de nós sujeitos de uma sociedade que necessariamente nos leva a criar vínculos afetivos, profissionais, de segurança, de cuidado, entre outras ligações.

Não podemos, portanto, falar em família sem ampliar nosso olhar para as solidariedades familiares. Quais são as pessoas que ajudam; que estão presentes; de quais modos estão envolvidas, afetivamente, financeiramente. Vasconcelos (2002), afirma que as solidariedades e as ajudas familiares funcionam com base em rede de pessoas (particularmente de parentesco) que trocam entre si bens e serviços. O que corrobora com a afirmação de Gutierrez (2008), que as redes podem ser descritas como propriedades estruturais: tamanho, densidade, composição, etc. e tem por cumprimento uma série de funções de companhia social, apoio psicológico, de ajuda, em termos materiais e de ampliação de novos contatos.

Os vínculos ou mesmo, laços familiares podem ser definidos de diversas formas. A antropóloga Cláudia Fonseca (2005) retrata como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre os indivíduos que adotam certos direitos e obrigações entre si. Essa aproximação independe do querer do indivíduo, podendo ocorrer com indivíduos que possuem laços biológicos, ou mesmo vínculos escolhidos, de casamento, ou por atividades realizadas em comum, como cita a autora, quando se compartilha o cuidado de criança, por exemplo.

A família, como mundo social, não é uma soma de indivíduos, mas sim um universo de relações (SARTI, 2004, p 56). Para adentrar o mundo familiar é preciso conhecer como se dão as relações, como os membros que constituem a família se organizam e se relacionam. Tal citação ratifica a afirmação de Donati (2008) de que a família é uma configuração relacional que vai além da soma de indivíduos e nunca chega a ser um “corpo orgânico”; ou seja, não se encerram suas possibilidades. Estamos em constante relacionamento com pessoas que são de extrema relevância para nossa formação enquanto seres pensantes e socialmente inseridos numa sociedade. Ainda segundo Donati (2008), a família é indispensável para o esclarecimento da diferenciação entre os sexos (masculino x feminino), isto é na identidade “sociocultural” diferenciada em ser homem ou ser mulher, ressaltando que tal fato é observado ao longo do ciclo de vida familiar. A família, partindo de tal princípio torna-se fundamental no desenvolvimento da nossa identidade social, já que é base primeira do desenvolvimento pessoal e social de um indivíduo.

Conforme Bruschini (1993), a família, além de ser o lugar onde nós desenvolvemos nossa estrutura psicológica, é o ambiente social onde as gerações se defrontam reciprocamente e diretamente, local onde se constrói hierarquias e onde homem e mulher se definem enquanto tal.

A família pode ser considerada uma matriz social, na qual as representações e práticas de seus membros se constituem, assim como um local em que as relações são confrontadas, quando estes membros exercem suas funções, desempenham seus papéis e se relacionam afetivo-sexualmente (Aun, Vasconcellos, Coelho, 2005).

A família pode ser considerada também um local onde se dá o crescimento individual e é facilitadora dos processos de individuação e diferenciação em seu seio, tentando com isso a adequação de seus membros as exigências da realidade vivencial e o preenchimento das condições mínimas requeridas para um bom convívio em sociedade (OSÓRIO, 1996). Enquanto relação social, ela é responsável pelo significado próprio a todas as dimensões da vida do indivíduo. A família é a base onde procuramos desenvolver e construir laços, emergindo realidades sociais que são construídas por pessoas que estão em constante relação.

Petrini (2004) relata que, em decorrência do grande dinamismo das relações familiares na atualidade, observa-se que os aspectos objetivos da convivência familiar, dá espaço para os aspectos subjetivos, estes por serem mais incertos, improváveis e flutuantes, o que configura de forma mais significativa a família da sociedade contemporânea; o que vem a retratar uma influência de fatores externos, que segundo o autor são de relevância, como a escola, o trabalho dos pais, a igreja, a comunidade, peças estas desafiadoras e importantes nesta nova roupagem de família moderna.

Talvez não se tenha um modelo em especial de família na contemporaneidade, mas sim uma elasticidade cada vez maior nos vínculos familiares, que resulta nas suas múltiplas formas, como afirma Bruschini (1993). A autora lembra que a realidade é bem diferente do modelo nuclear ou mesmo conjugal predominante como ‘padrão’ na nossa sociedade. Bruschini (1993) corrobora, deste modo, com a afirmação de Fonseca (2005), que afirma que o modelo familiar fundamentado na nuclearização das famílias não é nada evidente, salientando que ainda que não exista um padrão, não se pode negar que a maioria dos núcleos domésticos “evolui” com o passar dos anos.

Martine Segalen (1999) observa estas transformações usando como recurso interpretativo a própria história da constituição dos diferentes modelos de família e os valores a estes associados. A este respeito, Segalen revela:

O que o desenvolvimento dos estudos históricos sobre família não deixou nunca de demonstrar nos últimos vinte e cinco anos foi o fato de a família ser uma instituição em contínua mutação, um conjunto de processos. Cada época conhece as suas formas familiares; sociedade e família são o produto de forças

sociais, econômicas e culturais comuns, sem que uma seja o resultado da outra (SEGALEN, 1999, p.10)

Segundo Donati (2008), a família não deve ser vista como uma composição velha, antiga, que está em processo de amortecimento, mas ao contrário é um sistema de relações que é passível de desenvolvimento. Como retrata Fonseca (2005), pessoas se aproximam mais do ideal de família nuclear, composta de pai, mãe e filhos, e outras não se assemelham a esta estrutura. Partindo dessa premissa pode-se entender que a família é uma instituição que dificilmente venha a se extinguir; ao longo do tempo, novos arranjos vão se formando, às vezes, longe do ideal de muitos, porém que constituem um sistema de relações e interações entre pessoas que se unem por laços consanguíneos, de solidariedade, de amizade, etc.

Parece que tendemos a reconstruir uma família boa, aquela que desejamos e não tivemos. No entanto, a constatação da distância que separa a família real da família ideal, aparece como uma fonte de desqualificação para os sujeitos e, por extensão, para os segmentos da sociedade ao qual pertencem (MELLO, 1995, p.59).

Outeiral (2007) observa que ao lado das transformações internas nas configurações de família, há ainda a própria diversificação nos papéis e tarefas parentais. Olhando para o mundo infantil, por exemplo, nota que as diferentes configurações familiares e seus efeitos podem ser observados na diversidade de experiências culturais de crianças numa mesma sala de aula. A mulher obtém, por desejo e/ou necessidade, uma definitiva inserção no mercado de trabalho e o tempo de convivência com os filhos se torna menor do que nas gerações anteriores. Berçários, creches e escolas infantis se tornam necessárias para pais que “terceirizam”, cada vez mais, os cuidados parentais; e então a função paterna é cada vez mais reduzida nos grandes centros urbanos.

Muitos fatores externos à família entram em jogo para redefinir os valores, os critérios, os modelos de comportamento de cada membro. Influência significativa é exercida pela escola, pelo ambiente de trabalho, por outras instâncias formativas como associações e comunidades religiosas que podem introduzir no diálogo familiar elementos de discussão e até de conflito. A família moderna é constantemente desafiada por limites imprecisos, por aspirações de consumo, devendo reconquistar, a cada dia, as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo.

As relações entre pais e filhos ganham respeito e flexibilidade, deixam os modelos centrados na autoridade e na disciplina, enquanto são incorporados os valores de diálogo, negociação, tolerância, no horizonte de um amplo pluralismo ético e religioso (KALOUSTIAN, 2005). Verifica-se uma intensidade maior de dedicação e de investimento de recursos, especialmente com relação à saúde e à educação. Estes comportamentos estão associados ao número menor de filhos que o casal está disposto a criar, de acordo com um planejamento mais ou menos rigoroso. Com isso, aumenta a expectativa de gratificação emocional e afetiva dos pais em relação aos filhos (CAMPANINI, 1989). Neste caso, observa-se certa diversidade de orientação e de comportamento em função da classe social, da renda familiar e da escolaridade dos pais.

A família sempre foi o lugar do encontro entre diferentes gerações, ora prevalecendo a cooperação, ora o conflito. Nas últimas décadas, as novas gerações divergem das anteriores quanto às metas perseguidas, aos valores respeitados e aos critérios para discernir o que vale ou o que deve ser descartado. As novas gerações experimentam, muitas vezes, uma distância e uma estranheza com relação aos pais e à geração mais velha. Um confronto sistemático a respeito de aspectos relevantes da existência, em geral, é recusado, sendo considerado desgastante e improdutivo, enquanto costuma ser valorizado o ambiente da afetividade familiar, mesmo sem estendê-lo a uma comparação mais detalhada.

Enfim, a família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está inserida. A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto/erro.

## 1.2 AS VARIADAS MUDANÇAS NO CONTEXTO FAMILIAR

Assim, podemos dizer que as mudanças fazem parte do próprio dinamismo da família, uma vez que se trata de um grupo atravessado pelas relações sociais. Integrada no processo social, ela passa por transformações significativas. Em meio a turbulências culturais e sociais, a família empenha-se em reorganizar aspectos da sua realidade que o ambiente sociocultural vai alterando. Reagindo aos condicionamentos externos e, ao mesmo tempo, adaptando-se a eles, a

família encontra novas formas de estruturação que, de alguma maneira, a reconstituem (DONATI & SCABINI, 1995; DONATI, 1998).

Da mesma forma, outro aspecto que vem sofrendo mudanças nas famílias contemporâneas é quanto ao papel dos homens e mulheres. Nos dias atuais, ambos saem às ruas na luta por um espaço no mercado de trabalho, modificando a ótica e a ética das relações entre homens e mulheres, e entre pais e filhos. A necessidade de ambos os pais estarem trabalhando para poder sustentar a família representa menos tempo de convívio com os filhos. As crianças permanecem em casa, sob os cuidados de outras pessoas ou passando grande parte do tempo diante da televisão. Esse fenômeno implica, diretamente, na relação de pais e filhos, refletindo no comportamento e desenvolvimento infantil.

Nunca a família foi considerada de maneira tão fluida, com contornos tão indefinidos, sendo diluído a sua identidade a ponto de poder desaparecer como grupo social. Esta situação paradoxal segundo a qual ora a família é tudo, ora é nada, documenta o profundo processo de mudança que envolve a sociedade e revela a pluralidade de posturas, a diversidade de valores e metas que se encontra em nossa cultura. Por isso, os pesquisadores oscilam entre a percepção da família como uma realidade residual, destinada a desaparecer (COOPER, 1989) e a percepção de que a família é à base de tudo (KALOUSTIAN, 2005).

Indícios de profundas mudanças na concepção de família encontram-se no perfil demográfico da população brasileira, com o aumento das separações e dos divórcios, o adiamento do casamento entre jovens, a redução significativa da nupcialidade, o incremento do número de famílias reconstituídas, das uniões de fato, das famílias monoparentais e das chefiadas por mulheres (PETRINI, 2003). As tarefas educacionais e de socialização são cada vez mais compartilhadas com outras agências, públicas ou privadas (GOLDANI, 2005). As mudanças são de tal magnitude e influenciaram de tal maneira a família que esta parecia desaparecer. Esta tendência parece confirmar a previsão de Cooper (1989), que anunciava “a morte da família”.

### 1.3 A SEPARAÇÃO FAMILIAR

Diante das transformações ocorridas no espaço familiar ocorrem conseqüentemente mudanças nas relações de conjugalidade, parentalidade, nas diferenças entre os sexos. De



acordo com Jacquet (2004), aspectos da vida social suavizam a diferença entre os gêneros, citando a atuante participação da mulher no mercado de trabalho, o que de fato torna mais igualitária a definição do trabalho, das tarefas domésticas, entre outras obrigações.

O casamento dos dias atuais, para Féres-Carneiro (1995), diferente do que se viam anos atrás, no sentido que o ideal de amor romântico, do amor para sempre já não é visto como antigamente, especialmente por conta da emancipação e autonomia feminina. Os casamentos se mantêm hoje apenas se houver uma concordância de satisfação para ambos.

Andolfi (2002) diz que para que o casamento tenha sucesso ou fracasso o casal deve estabelecer regras de colaboração que devem ser noticiadas levando-se em consideração as afinidades e diferenças do casal. Tais regras organizadas é que vão estabelecer o grau de funcionalidade ou disfuncionalidade de ambos.

Os casais vistos como bem sucedidos conseguem estabelecer bem as regras e tem uma convivência saudável, apresentando igualdade e liderança compartilhada, em contraponto as famílias disfuncionais que são caracterizadas por um desequilíbrio de poder no que um acaba por estabelecer um grau de autoridade sobre o outro. O que vai classificar uma família como funcional ou disfuncional não é a presença ou ausência de problemas, mas sim a capacidade que o casal vai ter de estar enfrentando e solucionando tais dificuldades (ANDOLFI, 2002).

Os casais que querem manter seu relacionamento por um longo período de tempo e acompanhar as mudanças procuraram buscar uma ressignificação dentro do casamento. A união dos cônjuges requer diferentes exigências neste percurso do laço matrimonial, logo se supõe que haverá mudanças internas e externas ao casamento, que vão necessitar de uma reorganização da relação afetiva, em que haja um consenso, com esforço compartilhado, com diálogo entre ambos, para a solução dos problemas. Esta reorganização pode ocorrer o divórcio. É válido ressaltar que em pesquisa feita por Carneiro (1995), a presença dos filhos tem sido uma forma de retardar o divórcio.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o número de divórcios no Brasil chegou a 351.153 em 2011, houve um crescimento de 45,6% em relação a 2010 (241.122). Isso fez com que a taxa de divórcios atingisse o maior valor desde 1984 (2,6 divórcios para cada mil habitantes de 15 anos ou mais de idade), maior do que no ano anterior (1,8‰). O Distrito Federal registrou a maior taxa (4,8‰), logo depois vem Rondônia (4,7‰). Os menores índices foram observados no Maranhão (1,1 ‰), no Amapá e em Tocantins (ambos com 1,5‰). O aumento aconteceu porque no segundo semestre de 2010 houve a

supressão dos prazos em relação à separação, ou seja; a mudança na Constituição Federal em 2010 derrubou o prazo para se divorciar, tornando esta a forma efetiva de dissolução dos casamentos, sem a etapa prévia da separação, levando a taxa de divórcio a atingir 1,8%. O ano de 2011 foi o primeiro no qual as novas regras foram observadas ao longo de todo o período, mostrando o impacto das alterações sobre a dissolução dos casamentos.

Segundo Aun, Vasconcellos e Coelho (2005), a família e o casamento passaram a ser submetidos à satisfação pessoal, tanto no que se refere ao lugar dos filhos, quanto ao lugar da mulher. Manter o casamento, nos dias atuais passou a ser uma escolha individual e não uma obrigação a ser cumprida como uma norma social. As crises conjugais terminam com separações ou divórcio, em que cada cônjuge busca novos espaços e novos contatos, acarretando em consequências não só para os próprios cônjuges, mas para sua rede social, que inclui parentes, amigos além dos próprios filhos.

Na contemporaneidade como mostram os dados populacionais brasileiros, a separação e o divórcio são acontecimentos frequentes do cotidiano. O lugar da família na sociedade sofreu transformações ligadas à industrialização, à evolução dos costumes e ao desenvolvimento do trabalho feminino. Essa evolução gerou profundas mudanças no papel do homem e da mulher e, conseqüentemente, no relacionamento do casal (ÁVILA, 1994).

A literatura aponta ainda que uma coisa é inevitável: a relação dos pais será modificada com a separação. Considera-se que questões não resolvidas em fases anteriores do ciclo de vida familiar propiciarão transições mais difíceis e muitas serão as perdas. Dentro de uma perspectiva sistêmica, esta perda é vista como uma transição maior que rompe os padrões de interação da família e que requer uma nova organização familiar. Salvo que o convívio social familiar pode ficar distorcido depois de uma perda quando há decisão de um dos cônjuges em por fim ao casamento (MCGOLDRICK e CÁRTER, 2001).

Segundo Ávila (1994), quando a mulher desfruta de uma independência financeira, toma mais frequentemente a decisão de acabar seu casamento, apesar da apreensão em relação ao futuro dos filhos e a insegurança do casal diante da separação. É comum que as mães fiquem preocupadas com a possibilidade de perder a guarda destes, quando o cônjuge não está de acordo com a separação.

Os pais nesta nova fase (separar-se) continuam a ter sua figura de pai e figura de mãe, no entanto vão trazer muitas expectativas de como deseja constituir este novo papel, de como ficará a educação dos filhos, se estes irão compreender as motivações para esta nova fase,

entre outras mudanças. Assim também os filhos estarão diante de uma situação nova, desconhecida e conflitiva com a separação (BESSA, 2000).

Segundo Cárter e McGoldrick (2001), o divórcio é considerado uma interpelação do tradicional ciclo de vida familiar, o que vai acarretar em um intenso desequilíbrio que está adjunto, em todo ciclo de vida familiar, a mudanças, ganhos e perdas no grupo familiar. O índice de divórcio tem aumentado consideravelmente, estando a ponto de ser considerado algo normal.

As separações e os divórcios acarretam em extrusão do acordo conjugal proposto pelo casamento, tais como a criação de filhos e os problemas financeiros; estes são causas de frustrações, de decepções, ruptura de uma aliança que levará a necessidade da "sociabilidade e dos laços de cooperação, complicados pelas separações conflituosas" (AUN, VASCONCELLOS e COELHO, 2005, p.193).

Os autores ainda afirmam que a separação surge como uma opção encontrada pelo casal para solução dos problemas conjugais conflituosos. A partir da separação surgem novas alternativas de um novo relacionamento conjugal, como em casos em que os membros vivem em casas separadas ou em casas compartilhadas, mantendo suas famílias monoparentais, casais homoafetivos e outros arranjos conjugais.

O divórcio ou mesmo um recasamento, que pode ser gerador de conflitos ou propiciador de um novo momento mais harmônico, trará uma questão anterior e fundamental, que vai permear a relação pais e filhos e que será colocada em questão no momento da separação. Aparecerão sentimentos como: insegurança, cobrança e dúvidas. (BESSA, 2000).

De acordo com McGoldrick e Carter (2001), após uma separação, quando um dos pais está fora de casa, há mudanças no funcionamento familiar; uma dessas mudanças seria o estresse, que é causado em cada progenitor afetando a sua capacidade como pais, refletindo de forma direta nos filhos. Cada ex-cônjuge experimenta uma nova rotina que modifica a dinâmica familiar. Com isso, a vida dos filhos muda inevitavelmente no que diz respeito a esse novo ex-casal. 'Quanto mais o progenitor não residente for excluído, maior será o potencial de disfunção familiar'.

Quando os filhos são crianças ainda pequenas, estas apresentam certa dificuldade em entender que os pais se separaram e que não os perderam, apesar de deixarem de assumir o papel de marido e papel de mulher, estes pais, continuam a ter o mesmo sentimento de amor e dedicação aos seus filhos. Este receio não surge apenas por parte dos filhos, os próprios pais

terminam por se afastar destes, quando não moram mais na mesma casa, como se algo tivesse se quebrado. Esta situação de separação é também considerada difícil para os pais, pois implica em perdas, e dependendo como foi sua relação, isto é, o papel que cada um ocupava antes do rompimento, este pode afetar as relações que poderão existir futuramente (BESSA, 2000).

Segundo Martins (1995 *apud* Messias Neto, 2009), após uma separação, um dos pais é transformado, normalmente em um mero visitante de seu filho, ou o filho um simples visitante de seu pai. A isto se denomina regime de visitação. Porém isto não deve ser aceito pelo filho, nem pelo pai, que tem direito de ter a presença um do outro quando acharem necessário e quiserem. A criança tem o direito de conviver com ambos os pais, o fato destes viverem separados não pode tirar da criança esse direito, como alguns fazem, causando-lhe traumas, sofrimentos e incerteza da companhia de um dos seus pais em certo fim de semana, dentre elas profissionais, pode ocorrer algo inesperado e este não comparecer. É perceptível, muitas vezes, um egoísmo por parte dos cônjuges que, não permite que o pai com quem não vive o menor, possa vê-lo em situações não determinadas pela justiça, tais como fins de semana não reservados para a "visita".

Bessa (2000) afirma que muitas dúvidas, incertezas, sentimentos, ressentimentos, perpassam essa nova família. Apesar de um possível afastamento, alguns pais podem recorrer a várias atitudes compensatórias e, às vezes, fazer coisas que não faziam quando viviam juntos com os filhos, tais como: levar os filhos a lugares antes não frequentados pelos pais, compra de presentes sem estar necessariamente em datas festivas, demonstrar carinho e preocupação antes não expressados, etc.

Kelly (1987 *apud* ÁVILA 2004) revela que crianças apresentam algumas reações diante da separação de seus pais, tais como: ansiedade, tristeza, medo, agressividade, baixo rendimento escolar, medo de ser abandonada e das tentativas de reconciliação dos pais. Verificou-se também que, quando estes continuam a ter conflitos após o divórcio, principalmente os filhos apresentam problemas comportamentais; quando há conflitos intensos entre os pais, divorciados ou não, ocorre um prejuízo no desenvolvimento psicológico das crianças, pois esses conflitos geram estresse. Conclui que a separação gera mais inconvenientes do que vantagens para a criança.

Conforme Mendonça (2005), a vida do casal, casado ou separado, pode ser harmônica ou desarmônica, disto dependerá o nível de conflito. Os pais separados expressam sua raiva do ex-cônjuge na frente da criança e às vezes tentam destruir a imagem do outro para o filho. "Nesses casos, a criança se sente obrigada a tomar partido de um dos pais. Isso, sim, afeta sua

autoestima e segurança". Porém quando há uma relação harmoniosa, típica de uma família funcional, mesmo que separados entre os pais, quando ambos participam da rotina do filho, a separação pode ser algo positivo, de grande aprendizado e desenvolvimento para este.

A separação gera modificações não só estruturais, de mudança de casa, separação de bens materiais, mas uma modificação, uma mistura de emoções no casal e nas crianças que terminam por afetar de modo subjetivo nas atitudes destes. Segundo Levy (*apud* FÉRES-CARNEIRO, 1995), o divórcio abala a autoimagem de cada cônjuge e põe fim aos sonhos, ideais, que o casal tinha enquanto casados. "Ameaçados em sua autoestima e duvidando do seu valor, os ex-cônjuges podem defensivamente negar as próprias fraquezas e exagerar as do ex-parceiro". Sendo assim os cônjuges começam a construir uma relação conflituosa onde um ataca o outro, e as crianças ficam imersas nestes conflitos, onde um exclui o outro genitor da vida dos filhos, interferindo nas visitas, na relação entre filho e o outro genitor, denegrindo a imagem do outro para criança, enfim, a criança é o principal indivíduo atingido nesta situação.

Esta hostilidade direcionada a um dos pais, mas que também afeta os filhos é chamada de alienação parental. A síndrome de alienação parental (SAP) foi definida e descrita em 1986 por Richard Gardner. De acordo com ele, é uma confusão psicológica que os pais fazem para atingir a criança implicitamente, uma "lavagem cerebral" para destruir a imagem do outro genitor, e quando a operação é bem sucedida, a criança rejeita um dos pais que antes amava. As manifestações clínicas da SAP são caracterizadas por um conjunto de sintomas que aparecem na criança geralmente juntos. São eles:

Campanha de rejeição e calúnia: o pai rejeitado é completamente desvalorizado, embora a criança não seja capaz de motivar esta desvalorização por exemplos concretos; Racionalização absurda para suportar a rejeição, a criança se baseia em razões triviais ou sem relação com a realidade; Ausência de ambivalência normal: o pai rejeitado é descrito como totalmente ruim, o genitor alienador é descrito como exclusivamente bom; Posição reflexo para o genitor alienante, quando ambos os pais estão presentes; Extensão das hostilidades para toda a família e comitiva da mãe ou pai rejeitado (avós, amigos, parentes), que são, por sua vez rejeitados com igual força; Afirmação de uma "*limpa opinião*" artificial: ela é de fato a opinião do genitor alienante, a criança é condicionada a aparecer como se a opinião tivesse vindo dela; Ausência de culpa por causa da crueldade do suposto adversário do pai o mãe; Adoção de "cenários emprestados" que foram fabricados pela mãe ou pai manipulador, que a criança ocupa.

Vários países têm se organizado e lutado contra a alienação parental, que gera muitos danos para as crianças. No Brasil já existe uma legislação específica, a lei 2.318, de 26 de agosto de 2010.

De acordo com Ávila (2004), o modo como os filhos de pais separados irão se defrontar com o divórcio vai estar relacionado, dentre outros motivos, a sua idade e ao seu estágio de desenvolvimento. Esses fatores influenciam os sintomas e as reações em relação à separação dos pais.

Dentre as várias necessidades sentidas pela criança durante esse período de transição encontram-se: não ser envolvida no conflito; compreender que não é responsável pela separação; expressar-se a respeito da separação; sentir que seus pais são capazes de conversar; conhecer a realidade da manutenção do divórcio; ser informada para entender o que está acontecendo (ÁVILA, 2004).

O relacionamento dos pais com os filhos sofre algumas mudanças durante o processo de separação. Para os filhos, as mães geralmente são instáveis nas exigências da vida diária, devido ao redobramento de responsabilidades que a mãe passa a ter. Esta procura alguém para atestar a lacuna no funcionamento vivenciado por ela, "Quanto mais súbita a mudança na estrutura, quanto mais drástica a mudança financeira e quanto menos eficiente era a mãe antes do divórcio, maior dificuldade ela irá vivenciar com a ausência do marido/pai" (MCGOLDRICK, CARTER, 2001, p.294).

Cloutier e Jacques (*apud* ÁVILA, 2004) enumeram algumas mudanças das quais os filhos estarão sujeitos após a separação de seus pais. A primeira mudança ressaltada pelos autores é que a passagem para a família monoparental é caracterizada por diminuição dos recursos humanos e materiais disponíveis e pelo estresse advindo dessa nova realidade, tanto para a mãe como para a criança. A segunda mudança estaria relacionada à guarda compartilhada ou à guarda exclusiva sendo estressante para as crianças, que deverão adaptar-se a várias transformações, como a mudança de ambiente, viver apenas com um dos pais, dentre outros. A terceira adaptação é o acontecimento de um recasamento, que poderá estar ligada à maior probabilidade de viver uma mudança de guarda. Por último a recomposição familiar, que requer adequação por parte de todos os membros familiares. Além disso, os pais, quando ocorre um recasamento do ex-cônjuge, vivem o medo de que o novo parceiro substitua o pai/mãe. Outro medo estaria relacionado a uma possível rivalidade entre a criança e o novo, ou nova parceira do pai/mãe que tem a guarda da criança.

Em contrapartida alguns autores desconstruem os estereótipos acima citados, afirmando que a separação dos cônjuges pode ser compreendida pelos filhos de pais separados de forma positiva como Wagner, Falcke e Meza (1997) defendem que "as consequências do divórcio nos filhos estão diminuindo à medida que este está se tornando, a cada dia, mais comum e aceitável" (p.156).

Segundo Mendonça (2005), a socióloga Constance Ahrons acompanhou por 20 anos um grupo de 173 filhos de divorciados. Ao atingir a idade adulta, no período dos anos de 1999 ao ano 2000, foram feitas então as entrevistas conclusivas, que foram semi-estruturadas, levando a respostas quantitativas e qualitativas. O interesse do estudo era de como os filhos adultos haviam percebido e anexado o significado dos eventos que cercam o divórcio dos pais. O índice de problemas emocionais entre esse grupo era equivalente ao dos filhos de pais casados. Mas Ahrons observou que eles "emergiam mais fortes e mais amadurecidos que a média, apesar - ou talvez por causa - dos divórcios e recasamentos de seus pais" (AHRONS, 1996 *apud* MENDONÇA, 2005, p. 61). Filhos adultos relataram que o novo casamento de seu pai teve um efeito positivo em suas vidas e que essa relação havia melhorado ao longo do tempo com suas madrastas e avós paternos. Ahrons foi criticada por motivos opostos aos de Wallerstein (o grupo seria muito "classe média", o índice de alcoolismo na amostra era menor que o padrão na população). Esta pesquisa revelou que quando chegavam à idade adulta, o índice de problemas emocionais (irritação ou agressividade, depressão ou tristeza, vergonha, ciúme, incerteza, ou confusão) entre esse grupo era equivalente ao dos filhos de pais casados.

De acordo com Mendonça (2005), é possível apontar pontos positivos para os filhos de pais separados: amadurecem mais cedo, o que de certa forma é uma experiência positiva num mundo que nos empurra para uma eterna dependência. Esses filhos desenvolvem maior poder de adaptação a novas realidades do que muitos adultos, dadas de se adaptar ao novo modo de vida, sem um dos pais presentes na sua rotina diária, geralmente vivendo em duas casas, uma durante a semana outra nos fins de semana.

Souza (2000) afirma que entre os adolescentes que entrevistou na faixa etária de 14 a 18 anos, filhos de pais separados, a autora comprovou que "Apesar de relatar solidão, isolamento e ausência ou incapacidade de encontrar pontos de apoio, todos afirmaram que o divórcio foi uma boa solução para a família" (p. 203)

Straube, Gonçalves e Centa (2003), em seu estudo, colheram uma amostra composta de 9 jovens, cinco do sexo feminino e quatro do sexo masculino, brasileiros, com idades entre 18 e 26 anos, com nível de instrução médio a superior. Entre os pais, em 8 casos havia o

recasamento e entre as mães, 2 casos. Dos nove sujeitos que compuseram a amostra, cinco têm irmãos do segundo casamento dos pais. O resultado das entrevistas semi-estruturadas do estudo foi que, apesar dos múltiplos sofrimentos vividos pelos filhos na ocasião do divórcio, percebe-se que eles o veem, hoje, nesta fase de seu desenvolvimento, como evento positivo, na vida familiar.

Em seu estudo, Souza (2000) entrevistou quinze adolescentes que na infância, passaram pela experiência da separação dos pais. No período em que o evento ocorreu, dez participantes alegaram que identificaram o conflito conjugal, e cinco, que não o fizeram. O ponto alto da separação para as crianças foi a saída do pai de casa. Os sentimentos recorrentes entre eles foram de tristeza, angústia, raiva e medo do que poderia acontecer após esse acontecimento. Apesar disso, reconheceram que a separação, foi uma solução para as dificuldades da família.

A responsabilidade da separação e suas consequências não determinam prejuízo para os filhos, mas, a culpa dos pais torna-se um peso para a criança, pois esta percebe e sente a insatisfação e o conflito que seus pais estão afundados e, assim, a culpa dos filhos acaba por ser sustentada (BESSA, 2000).

Essas situações acabam sendo de bastante aprendizado para a criança, já que esta necessita criar estratégias de adaptação a regras sociais e confronto com a adversidade mais cedo do que normalmente o faria, devido às circunstâncias em que vive (MENDONÇA, 2005).



**Capítulo 2:**

**RECONSTITUÍDAS, RECOMPOSTAS, RECASADAS.**

Entende-se por família reconstituída a estrutura familiar originada do casamento ou da união estável de um casal, na qual um ou ambos de seus membros tem filho ou filhos de um vínculo anterior. Em uma formulação mais sintética, é a família na qual ao menos um dos adultos são um padrasto ou uma madrasta (VISCHER, VISCHER, 1979). Refere-se, assim, não só a reconstituição como o estabelecimento de um novo relacionamento, no qual circulam crianças de outro precedente.

As famílias reconstituídas vivem em uma complexidade apontada por dentre outros motivos, tais como:

Conflito de lealdade que surge entre filhos de pais separados, a questão do exercício da autoridade sobre os filhos próprios e alheios e os que provem de casamentos anteriores do outro cônjuge, a convivência entre irmãos, meios-irmãos e irmãos 'circunstanciais', a duplicidade de lares, os pais de fim de semana, e a presença fantasmática dos 'ex-cônjuges' no dia a dia das novas famílias (OSÓRIO, 1996, p. 57).

Falar de separações, divórcios, permite mencionar as famílias que se refazem, ou melhor, se recompõem constituindo uma nova família, as “famílias recompostas”, segundo Lobo (2005), tal nome só foi legitimado pela comunidade científica em 1987 na França, tendo o termo aparecido pela primeira vez numa revista da área das ciências sociais. Ainda na literatura geral que trata sobre família é possível encontrar entre europeus ou norte americanos a consideração do recasamento ou da recomposição familiar como um problema social, tendo em vista que esta nova configuração implicaria uma indefinição com relação aos papéis de cada um dentro da família.

Nas famílias recompostas, o afeto se sobrepõe às questões do sangue. O casal vive uma relação complexa onde a criança pode ser envolvida, a quem é designado de meus, teus ou nossos filhos. A criança descobre que, além de seus irmãos, tem meios-irmãos ou quase irmãos. A convivência de uma vida em comum vai além das questões sanguíneas ou biológicas. A vida numa família recomposta é certamente mais complicada do que em outro tipo de família.

Buscar entender a dinâmica das famílias recompostas é mergulhar em um mar de diversidade, ou seja, dos diversos tipos de relacionamento que vão surgir de padrasto, madrasta com enteado, pai biológico com padrasto, mãe biológica, madrasta, filhos do primeiro casamento, com filhos do segundo. Enfim, ainda segundo Lobo (2005), os fatores de diferenciação entre os recasamento, são o estado civil anterior ao recasamento dos cônjuges, a presença ou não de filhos do casamento anterior, e qual o significado dos casamentos anteriores para estes adultos que se recasaram.

Pode ocorrer uma tensão emocional nesta transição para o recasamento quando há um sério comprometimento com um novo relacionamento, quando a ideia de casar novamente é divulgada as famílias e a toda rede social, quando há verdadeiramente o recasamento, que acontece concomitantemente e na medida em que a logística da família por um segundo casamento é colocada em prática. É válido salientar que quando há um recasamento existe um processo emocional bastante intenso, pois há um medo relativo ao investimento em um novo casamento e numa nova família; estes medos são referentes aos medos do novo cônjuge, de filhos do novo companheiro ou de ambos, da ampliação da família e do ex-cônjuge e de uma possível culpa e preocupação dos pais em relação ao bem estar dos filhos (MCGOLDRICK, CARTER, 2001).

Para Aun, Vaconcelos e Coelho (2005), o recasamento segue as mesmas regras do casamento, incluindo compromissos, direito e deveres das partes. Porém dentro destas regras incluem compromissos do casamento anterior, o qual se refere à criação dos filhos e fatores econômicos. Apesar de que, como afirma Tilmans-Ostyn, Meynckens-Fourez (2000), a cultura familiar do recasamento pode levar a um mal-estar de uns e de outros familiares mais próximos, porém pode ser um caminho para o fim das hostilidades conjugais. Mesmo que a expressão “família recasada” seja empregada de forma geral para classificar um tipo de família, a complexidade estrutural e a diversidade de configurações possíveis não nos permitem falar de uma família recasada típica, por ser o oposto da família nuclear intacta.

Conforme Lobo (2005), o interesse em estudar o recasamento só veio no final dos anos 70, quando se alastrou o número de divórcios, tornando-se palco para diversas pesquisas, no âmbito da sociologia, da psiquiatria, psicologia, entre outros. Buscou-se entender que todos os tipos de famílias recompostas têm sua especificidade, com estruturas diferentes.

Com o aumento no número de divórcios os filhos se veem cada vez mais frente a um novo casamento dos pais. Segundo Lobo (2005), as crianças necessitam de um tempo para aprender a lidar com, por exemplo, a entrada de um novo indivíduo em sua casa. Segundo

Jacquet (2011) *apud* Saraiva (2013), nos eventos de separação e no processo de constituição de uma nova família, é comum que ocorra o deslocamento e/ou circulação de crianças na casa de outrem. Em se tratando de famílias de classe popular urbana, essa circulação se dá em sua maioria entre parentes, com laços de consanguinidade. Todavia, a depender da família, essa circulação pode se ampliar a vizinhos, amigos, que passam apeças importantes neste processo de separação/recasamento. É válido ressaltar que segundo Cadolle (2005), as avós, em especial as avós paternas, mantêm forte laço afetivo e financeiro para com os netos quando ocorre o rompimento do vínculo conjugal. Já Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013) explicita que as avós maternas se tornam mais presentes após o divórcio das filhas, no sentido que, na maioria dos casos, as mães são as que ficam com a guarda das crianças. Nestes casos, é muito comum que as mães que ficam com as guardas dos filhos tentem continuar mantendo um bom vínculo com os avós paternos, com os tios, primos e outros parentes, não excluindo, portanto, a família do ex-cônjuge da convivência.

Segundo Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013), o homem (pai) está mais ligado a seu papel de profissional, de agente provedor, o que o leva a colocar em segundo plano seu projeto de parentalidade. O que corrobora com as ideias de Cadolle (2000), que retrata que os homens têm menos disponibilidade de tempo para estarem com seus filhos. Após a separação conjugal, quando estes vivem com a mãe, essa relação pode se tornar mais fraca ainda.

De acordo com Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013), independente da estrutura familiar que se tenha é a mãe que desempenha papel fundamental nas decisões da vida dos filhos, pois é esta que convive com mais frequência, estando envolvida nos horários, nas atividades, nos gostos dos filhos, muito mais do que os pais, salientando que o tempo de disponibilidade de cada um é diferente.

Segundo Cadolle (2005), vai existir uma rede dividida em dois: um lado do pai e o outro da mãe, que vão desempenhar papéis, conjuntamente com novos indivíduos, madrastas, padrastos. Lobo (2009, *apud* Saraiva (2013) vem a retratar que no cotidiano das famílias recompostas, o padrasto busca um papel para exercer entre os pais biológicos, que muitas vezes é bastante ativo, pois participam do cotidiano daquela criança, tornando-se peça fundamental no seu desenvolvimento, colocando assim a “paternidade social”, de extrema relevância para a criança.

Ser padrasto implica construir e reconstruir no tempo um modo de ser e de estar que não colida com os outros atores-mãe, pais biológicos e crianças-

cujos papéis sempre estiveram socialmente definidos e inscritos numa história familiar que já está em parte inscrita (LOBO, 2009).

Ainda segundo a visão do autor, a figura do padrasto, tendo em vista que não se tem uma instância que legitime a parentalidade social, não tem muita relevância no Ocidente; apenas quando há morte do pai biológico, e este assume o papel de pai. De fato a literatura está mais ligada a trazer as consequências negativas para os filhos de um recasamento, como salienta que os estudos de famílias recompostas são apenas exaltados os aspectos negativos desta nova formação, tendo em vista para alguns estudiosos que a família aceitável e vista como saudável é aquela do primeiro casamento.

Segundo Lobo (2005), o recasamento é uma forma de casamento, que não difere de famílias compostas por membros de um primeiro casamento, os problemas podem ser os mesmos, apesar de um pouco mais complexos quando se trata de filhos do casamento anterior. A figura do padrasto nesta nova recomposição é bastante discutida, é um novo elemento que não está ligado a ordens consanguíneas, todavia que exercem papel em muitas famílias recompostas de ter um papel social determinante.

Em suma, a ideologia do sangue partilhado constitui sem contestação o ponto de amarração fundamental do parentesco no Brasil. Fundamental, mas não exclusiva: a observação das práticas familiares coloca em evidência formas de afiliações eletivas e de pluriparentalidade não instituídas que acentuam providências privadas mas que não são menos efetivas (JACQUET, 2011 *apud* SARAIVA, 2013).

Conforme Cadolleem “*ÊtreParent, ÊtreBeau-Parent*”, em pesquisa realizada em 2000, os padrastos tornam-se mais presentes e mais afetivos, quando os pais biológicos são ausentes, isto é, quando os pais não são referência, não estão presentes no cotidiano daquela criança e o padrasto termina por assumir o papel de pai de fato. Ao contrário, quando se há um pai biológico atuante na vida da criança o padrasto é um coadjuvante, isto é, prefere não se envolver com tanta assiduidade na rotina do enteado.

Segundo Cadolle (2000), a partir da adolescência a relação do padrasto com o enteado acaba enfraquecendo, ou porque o adolescente não quer se sentir mandado pelo padrasto, pois alguns manifestam atitudes de autoridade para com estes, ou mesmo porque o próprio padrasto prefere se abster da vida do enteado para evitar conflitos. Cadolle (2000) salienta que muitas vezes a própria mãe é que sugere ao esposo que não se envolva na educação dos seus filhos por receio de conflitos entre eles. Pontuando, entretanto que a mãe sente-se em muitos

casos sobrecarregada de tarefas com os filhos, já que vivencia de um lado um pai ausente e um padrasto cauteloso.

Lobo (2005) relata que é na fase da adolescência que os jovens despertam para a sexualidade e que buscam autonomia; diante disto a existência do padrasto seria fonte de transtorno para chegarem a estes objetivos. Ainda, para Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013), crianças de famílias recompostas não associam necessariamente a presença de um indivíduo em sua casa, como sendo parte integrante da sua família, como também revelaram que outras pessoas fora do grupo doméstico podem fazer parte do que elas consideram como família. Em suma, o padrasto ou madrasta podem não representar para criança como parte integrante, ou mesmo membro da sua família. Conforme Cadolle (2000), os padrastos assumem uma posição positiva, de afeição, todavia com postura distante dos enteados, isto é, as responsabilidades ficam mesmo a cargo da mãe.

A lei 11.924 de 17 de abril de 2009 altera o art.57 da lei número 6015 de 31 de dezembro de 1973 para autorizar o enteado ou enteada a adotar o nome da família do padrasto ou madrasta. O que de fato viabiliza uma proximidade afetiva e jurídica desta relação, que pode ser favorável e íntima para ambos os envolvidos.

Segundo Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013), os estudos ligados à recomposição familiar deixam a desejar quanto ao olhar da criança para este novo arranjo, como vivenciam este novo vínculo afetivo com este novo indivíduo e dedicam-se mais aos padrastos, madrastas, pai/mãe biológicos. A pesquisa realizada por Jacquet (1989) *apud* Saraiva, (2013) com filhos de família que foram recompostas traz um dado relevante no discurso destes filhos que é a questão financeira. Os filhos entrevistados relatam que o padrasto não contribui efetivamente para suas questões pessoais, como escola, roupa, etc. E a mãe termina por assumir tal responsabilidade; entretanto, o pai biológico tem parcela de contribuição, assim como outros membros da família como avós e avôs, que além de apoio afetivo, contribuem de forma financeira significativa para os netos.

Alguns estudos (JACQUET, 1989; GILES-SIMS; CROSBIE-BURNETT, 1989; *apud* SARAIVA, 2013) revelam que quanto mais os padrastos contribuem financeiramente de forma significativa no sustento da família, mais têm o poder de serem influentes e decidirem nas decisões familiares e que, ao contrário disso, quando os pais biológicos têm mais poder sobre eles, passam mais tempo com os filhos, estes são também uma fonte financeira para os filhos e, nestes casos, os padrastos têm pouca esfera de atuação, exercendo menos um papel de 'pai' ou um papel educativo.

As questões financeiras são sempre pontos a serem discutidos e de relevância no divórcio. Segundo Cadolle (2000), mesmo os jovens que continuam a morar com a mãe, o pai biológico prefere passar o dinheiro diretamente para os filhos, não entregando à mãe, principalmente quando esta recompõe o lar. Outro fator importante citado pela mesma autora na sua pesquisa é que há muitos conflitos existentes entre os ex-cônjuges em decorrência da falta ou inconstância do pagamento da pensão para os filhos, gerando um desconforto na relação dos ex-parceiros.

Jacquet (2000) *apud* Saraiva (2013) observa que quando há separação, o contato dos pais com os filhos que ficam com a mãe, torna-se mais ocasional. No caso da manutenção do vínculo afetivo, mas com o comprometimento das finanças devido à separação, os pais tornam-se menos engajados com o sustento financeiro dos filhos e então a pensão alimentar é algo de muita luta e obrigação para que seja dada.<sup>1</sup>

Em relação às madrastas, Cadolle (2000) diz que, quando estas não mantêm uma relação conflituosa com a mãe do enteado, é bem mais fácil se estabelecer uma relação harmônica entre estes e a madrasta. Entretanto, retrata que as madrastas mostram-se com frequência desconfortáveis com as intervenções constantes da mãe biológica na nova constituição familiar, que termina por gerar nos filhos sentimentos de mágoa, atrapalhando assim um fortalecimento do vínculo entre eles. Uma madrasta prevenida pode adotar como estratégia melhorar as relações com a mãe. Ela retirará disso o benefício de evitar conflitos inúteis que agravariam a relação com seu enteado e, ao mesmo tempo, preservar o casal da intromissão eventual da antiga mulher de seu marido.

Segundo Lobo (2005), a relação madrasta/enteado é bem mais complexa, do que padrasto/enteado, trazendo como explicação, que no período do divórcio as mães estariam mais voltadas para os filhos, o que levaria a uma disputa entre elas e a madrasta; o inevitável contato do pai com a ex-mulher que pode gerar confusões, tensões que provocam desconfortos na sua nova relação; e por fim no relacionamento da madrasta com os filhos.

Conforme Cadolle (2000), as madrastas não são favoráveis ao apoio financeiro dado pelos pais, para os filhos; o que termina por gerar uma relação conflituosa entre os novos

---

<sup>1</sup>De acordo com o artigo 1694 do código civil brasileiro – Lei 10406/02, podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir aos outros os alimentos de que necessitam para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender as necessidades de sua educação. Tal artigo dá margem a entender que os padrastos e/ou madrastas são corresponsáveis no sustento dos enteados. Jacquet (2000) salienta que por conta deste artigo alguns jovens enteados têm recorrido a justiça contra seus padrastos, todavia os juízes tem se mostrado relutantes alegando que o termo requerido no artigo: “pais” apenas se refer<sup>1</sup> aos pais biológicos, devendo existir laços consanguíneos para que haja cobranças.

cônjuges. O pai nesta história, muitas vezes sem conhecimento da sua nova esposa, continua a ajudar seu filho, sem que ela saiba, para evitar conflitos conjugais. Segundo a autora as mulheres entrevistadas, acreditam que seus enteados gastam muito com coisas desnecessárias, e que não seriam merecedores de tais sacrifícios feitos pelo pai biológico.

Para Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013) existe um número significativo de crianças que constroem fortes laços afetivos com seus padrastos e madrastas, ressaltando que esta relação de afeto vai mudando e solidificando a depender da idade em que esta criança estava no período de separação e recasamento dos pais, além da questão de gênero ser também um fator importante.

Um novo tipo de relação vai surgir também com esta nova formação familiar que é o relacionamento entre irmãos, os consanguíneos com os filhos frutos do casamento anterior: segundo Cadolle (2005), duas formas de parentesco que não pertencem nem do lado do pai, nem do lado da mãe. Sabe-se que o nascimento de um novo filho do casal recomposto constitui um laço familiar fortemente sentido. Os meios irmãos/irmãs são quase sempre muito ligados. Os meios irmãos/irmãs uterinos são, entretanto, mais próximos que os consanguíneos porque frequentemente partilharam uma infância comum no lar da mãe.

Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013) afirma que quando há crianças do casamento anterior vai aumentar a complexidade da definição de papéis, nas relações que vão se estabelecer na nova família recomposta. Quando os irmãos estão juntos, entram em ação os pais, biológicos e padrasto ou madrasta para tentar mediar, para que haja cumplicidade entre eles, tentando fazer entender que ela (criança) no momento faz parte da história de uma nova família.

Cadolle (2005) retrata que os “meios-irmãos” e irmãos sentem-se de fato irmãos e irmãs quando não foram negligenciados pelo pai e este assume sua paternidade. Ressaltando que o irmão mais velho, sente-se mais próximo do irmão mais novo, quando não tem um irmão biológico.

Lobo (2009 *apud* Saraiva, 2013) questionou se numa família recomposta realmente o nascimento de um filho será ponto positivo de união familiar, relatando que as pesquisas trazem respostas diferenciadas, de que a presença de um meio-irmão pode abalar de forma negativa na relação de madrasta e enteados, ao contrário pode afetar de forma positiva a relação entre padrastos e enteados, ou mesmo não ter uma importância tão gritante nas relações desta nova família. Segundo a autora, os diferentes resultados se devem ao fato de

não serem levadas em consideração algumas variáveis como diferença de idades, de gênero, a duração do recasamento dos pais. Numa recomposição familiar entram em jogo relações que são construídas, e sua indefinição torna o ambiente flexível, permitindo que cada membro tenha o livre arbítrio de determinar quem faz ou não parte da sua rede de relações.

Segundo Donati (2008), a família deve ser vista como uma relação social, isto é, não meramente biológica ou psicológica, sendo esta a solução para as reais necessidades tanto do indivíduo quanto da sociedade.

## 2.1 FILHOS DIANTE DA SEPARAÇÃO DOS PAIS

A vida cotidiana é uma construção permanente na busca do equilíbrio e do bem-estar de todos que envolvem a família recomposta. Sabe-se que o divórcio resulta de uma relação que terminou, mas quando envolve filhos, também é certo que dificilmente se podem cortar laços que unem as crianças aos familiares de sangue, que são parte do seu mundo de referências. Brito, Cardoso e Oliveira (2010), dizem que a separação do casal é apontada como um acontecimento responsável por várias alterações na rotina da família, principalmente quando o casal tem filhos.

Nazareth (2004) aponta que a realidade do divórcio envolve mudanças na estrutura e na dinâmica da família, surgindo então, uma nova formação familiar. Além disso, cabe destacar que todo o grupo familiar, afirmação de Schabbel (2005), é lesado quando um dos cônjuges resolve sair de casa, podendo surgir um conjunto complexo de sentimentos na infraestrutura de vida de todos os envolvidos como: o medo do abandono, desamparo, fracasso, rejeição, insegurança, incertezas e tantos outros.

Há dificuldades, mas é necessário, que a criança tenha um espaço, criando assim condições para que cada individualidade se desenvolva e transforme a circulação dos filhos entre a casa do pai e da mãe, com um ambiente afetivo e não numa fonte de conflito e competição.

A chance de que uma família reconstituída atue com poucos conflitos resultará da disponibilidade de que seus membros tomem um modelo familiar diferente do anterior e que as relações entre eles sejam firmes. Os filhos neste tipo de relação vivenciam dificuldades em relação aos limites, o tempo e o espaço que aplicam e a autoridade a que devem acatar, porque



antigas regras familiares acompanham vigentes junto às atuais. Wallerstein e Kelly (1996/1998), Kaslow e Schwartz (1987/1995) afirmam que tais vivências tanto podem aumentar quanto atenuar antigas adversidades, originar novos, como também propiciar a adequação e crescimento de todos.

Estudos empíricos que tomam como objeto a privacidade familiar têm sido grande fonte de conhecimento acerca das experiências íntimas dos sujeitos. Assim, mais do que um receituário estereotipado de como devem viver as famílias, ou qual o melhor modelo de felicidade e bem-estar, esses estudos têm revelado a forma contemporânea de ser família, com suas tensões, disputas, desacordos. O capítulo que segue tem por objetivo apresentar os dados coletados em campo e os métodos utilizados na pesquisa.

### **Capítulo 3:**

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Apropriar-se de um método para ‘investigar’ família não é tarefa fácil. Os estudos sobre família são amplos e variados. Diferentes disciplinas tomam a família como objeto ou foco de intervenção. Em ambos os casos, o conhecimento sobre as dinâmicas familiares se vê marcado pelas referências dos campos disciplinares que ali atuam, tanto no sentido de produzir reflexão sobre a família, quanto no de tomá-la como lugar de atuação e prática (de cuidado, prevenção, atenção, Direitos, etc). Ao falarmos sobre “família”, de que estamos falando? Para a Psicologia, *grosso modo*, a família ou o contexto familiar é o lugar das relações intersubjetivas que, em suas diversas configurações, ‘produz’ os indivíduos. ‘Família’ pode ser também pensada como uma categoria social, abstrata, arbitrária (no sentido de culturalmente criada, cuja natureza pouco informa substantivamente sobre sua formação) operativa neste sentido para a ciência: a partir dela (categoria), a ciência pode se referir e identificar (analisar, categorizar, relacionar variáveis, etc) os sujeitos, unidos por laços de sangue, afetividade e/ou reciprocidade, que vivem sob o mesmo teto ou distribuídos em outros lares, mas sempre auto-referenciados como fazendo parte do mesmo grupo. Olhando para a história do conceito ou das apreensões que são feitas sobre ‘família’ nos deparamos, muito comumente, com a resposta segundo a qual a família constitui a unidade social básica e essencial em todas as sociedades e onde se inicia o processo de socialização dos indivíduos. É preciso, porém, complexificar este conceito – do qual compartilho em certa medida – a fim de realçar a importância das diversas interações estabelecidas na família e que são responsáveis pela evidência de um certo limite conceitual compartilhado por vários campos teóricos: família possui um conjunto de funções relevantes (proteção, socialização, construção de afetos, segurança, dentre outras), que podem a qualquer momento do ciclo de vida ser desempenhadas por outras pessoas. De fato, é esta constatação que se impõe pouco a pouco a este trabalho: a separação conjugal implica para os filhos, muitas vezes, uma redefinição do parentesco, uma vez que ele é ‘convidado’ a participar de outros laços que, por não serem de consanguinidade, podem gerar afetos positivos, negativos, neutros. Mesmo não importando neste momento qual a qualidade do afeto, o fato é que a separação conjugal implica para os filhos a participação em outras relações que serão definitivamente marcadas pelo rompimento do vínculo entre o par conjugal. Isto diz respeito, sobretudo, às famílias que

após a separação formaram outras famílias, casando-se, unindo a outros formando um novo par conjugal e, no caso desta pesquisa, um novo par parental.

O desafio do método nesta pesquisa foi o de encontrar o caminho para dar conta de duas situações: ouvir sobre a experiência da separação não através daqueles que se separaram, mas, sim, por aqueles que, na qualidade de filhos, acompanharam, sentiram, presenciaram o ‘drama’ da separação; o segundo desafio foi colocado pelo limite temporal da experiência: ao contarem sobre o evento de separação dos pais, as jovens (mulheres, filhas) entrevistadas nesta pesquisa faziam referência a uma experiência passada, na infância, e para a qual provavelmente muitas delas recuperaram vestígios desta experiência, lida no presente à luz da experiência atual. Não é minha pretensão responder a estes limites dos dados e do método. No entanto, vale a pena ressaltá-lo como consciência de que a pesquisa apresenta muitas restrições dadas pela própria escolha do percurso metodológico.

### 3.1 O MÉTODO

A presente investigação é caracterizada, assim, por seguir o método qualitativo de coleta de dados empíricos. Na abordagem qualitativa, busca-se compreender um acontecimento específico, a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos e implicados na situação em estudo. A pesquisa qualitativa direciona a interação dos participantes com o pesquisador, acrescentando detalhes e peculiaridades. Denzin e Lincoln (2006 *apud* FLICK, 2009) definem da seguinte forma a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem. (DENZIN; LINCOLN, 2006 *apud* FLICK, 2009, p. 16) .

A intenção da pesquisa qualitativa não é buscar respostas com metodologias fundamentadas em estudo dos fatos, portanto não pode fornecer dados exatos. Esta pesquisa aponta descobertas que traduzem a realidade dos pais e filhos em situação relacionada à

separação conjugal e revela níveis de generalização que vão além das informações fornecidas pelos pesquisados.

Buscar compreender a realidade vivida pelos filhos de pais que se separaram, é ampliar conhecimento sobre o papel que cada um desempenha dentro de um contexto que não se limita ao grupo familiar, mas como tais indivíduos se reorganizam dentro da sua rede social. A perspectiva sistêmica propõe que o homem não pode ser visto como um ser isolado, este é um sistema, inserido num sistema maior que é a família, dentro de um sistema maior ainda, que é a sociedade. Vale a pena ressaltar que a bibliografia consultada e utilizada em muito influenciou a análise dos dados. Partindo de uma perspectiva multidisciplinar, assumi a importância de se olhar a separação e a recomposição familiar do ponto de vista de autores que, ao pesquisarem sobre o mesmo tema ou temas afins, oferecem dados empíricos que me ajudam a comparar, interpretar, olhar para os meus dados do campo.

A aproximação do objeto parece ser uma etapa necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa cujo tema é tão familiar e atravessado de questões sociais e culturais. Conforme Zaluar (1986) é possível se tornar um personagem local familiar, sem, contudo se envolver a ponto de arruinar a pesquisa. É imprescindível dedicação para se garantir um bom processo de construção com resultados satisfatórios. Em se tratando de um objeto que está relacionado com o tema da Família, esta dimensão parece ser ampliada, uma vez que todos têm, inevitavelmente, experiência de família, há uma tendência a se naturalizar e tomar verdades absolutas como sendo as melhores. Confunde-se, assim, o objeto com o que ‘deveria ser’ a família (FONSECA, 2005). É cabível discorrer sobre a neutralidade do pesquisador, tema que vem levantando questionamentos desde que as Ciências Humanas receberam estatuto de ‘ciência’. Neste debate está, obviamente, implicada a discussão sobre neutralidade científica. Será possível um pesquisador manter uma postura neutra diante do seu objeto estudado, sendo ele da mesma natureza do seu objeto? Todo ser humano é movido por uma subjetividade que engloba valores, crenças, ideias pré-concebidas, que não se dissociam de maneira simples, a ponto de se chegar a uma neutralidade, isto é, uma objetividade rigorosa tão almejada pela ciência. Nisso, deparo-me com a primeira questão: tomar a família como objeto de estudo não exige – como todo objeto, aliás – um tomar de posição?

As análises, entretanto, foram predominantemente de cunho qualitativo, devido o enfoque na busca da singularidade dos sentidos, atribuídos pelos sujeitos. A pesquisa de abordagem qualitativa coleta e analisa sistematicamente materiais narrativos. Tem caráter mais subjetivo, utilizando procedimentos de coleta de dados com menor controle imposto pelo pesquisador (POLIT; HUNGLER, 1995).

O estudo da família se torna mais rico quando podemos fazer uma leitura por diversos autores, com diversificadas áreas do saber, reconhecendo que colocar em exercício esta perspectiva requer uma abertura do próprio pesquisador para o conhecimento e produção em outras áreas. Como psicóloga, assumir conteúdo e referências de outras áreas (sociologia, antropologia, filosofia, dentre outras) tem se constituído num grande desafio.

### **3.1.1 Iniciando a pesquisa de campo**

Refletindo sobre as pesquisas já realizadas no campo das famílias recompostas e sobre a organização da vida dos filhos de pais separados, tive a pretensão inicial de realizar entrevistas com filhos e filhas nesta situação e sendo residentes na cidade de Alagoinhas, interior da Bahia, distante 120 km da capital. A escolha do local da pesquisa deu-se pelo fato de ser o meu local de trabalho (e moradia), o que viabilizaria os contatos e a realização das entrevistas. Todavia me detive apenas às narrativas das filhas, por falta de contato (conhecimento) com pessoas do sexo masculino que preenchessem os critérios de inclusão. Nestas entrevistas, realizei uma busca pelas trajetórias de vida dessas filhas, procurando entender qual a sua compreensão sobre o fim do relacionamento dos pais e como se dava a relação desta com os padrastos/madrastas, quando assim tinham.

O primeiro contato com os informantes foi realizado informalmente, já que são pessoas que fazem parte do meu círculo de amigos, quando explicitiei a motivação inicial da pesquisa, marcando um momento mais propício e reservado para a realização da entrevista.

Um fator importante a ser salientado foi a emoção constatada durante o relato das entrevistadas sobre a separação, quando esta foi vivenciada de forma negativa, qual seja, quando presenciaram brigas, conflitos entre os pais.

#### *3.1.1.1 Dados Qualitativos*

Para obtenção de dados, realizei uma entrevista semi-estruturada em que ocorreu a aplicação de um questionário. Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada evidencia um assunto sobre o qual planejamos uma descrição com perguntas principais, complementadas por outras questões específicas às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer surgir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Foram utilizadas perguntas abertas sobre o referente tema de estudo, com as sete jovens do sexo feminino, todas pertencentes à classe média e moradoras da cidade de Alagoinhas.

Como foi dito anteriormente, pelo obstáculo da falta de informantes do sexo masculino, restringi minha pesquisa às filhas de pais separados, com o objetivo de compreender como a separação dos pais influencia na vida destas, os pontos positivos e negativos do divórcio.

A partir de uma pesquisa que realizei anteriormente sobre separação conjugal, obtive alguns indícios empíricos de que a separação dos pais marcaria o fim de hostilidades e o início de uma vida mais harmônica para os filhos. A separação, quando “amigável”, parecia, assim, conduzir a família a um melhor equilíbrio, sem maiores prejuízos para os filhos. Os prejuízos e os dramas se acentuavam porém entre filhos que viveram separações conflituosas e conturbadas, gerando, inclusive, uma menor aceitação da recomposição familiar, quando os pais decidem realizar novos vínculos maritais. O fato de ter vivido a separação dos pais parecia não implicar na desesperança dos filhos quanto ao casamento.

A escolha da coleta de dados em adultos deu-se por ser nesta fase que o indivíduo percebe e anexa significados para os eventos que cercam o divórcio dos pais, e pelo possível convívio destes com madrastas ou padrastos. Brewin, Andrews, e Gotlib (1993) defendem que os relatos de crianças são apenas razoavelmente precisos, porque percebem eventos de suas vidas como verdades absolutas.

O questionário foi composto por dez questões, com questões relacionadas à identificação do informante, de seus pais biológicos, pais adotivos ou de criação, padrastos, madrastas, e também de outras pessoas consideradas relevantes para a vida do informante, abordando, portanto, dados importantes sobre a história de vida familiar deste. Ainda que os questionários não tenham como propósito a análise específica do papel dos padrastos ou madrastas, ele serviu de subsídio para a reflexão sobre o número destas pessoas nas famílias, sobre a contextualização da experiência da separação e para o entendimento de como se estruturam as relações e se organizam as suas famílias. As entrevistas duraram entre uma e duas horas.

Inicialmente, farei a apresentação dos dados dos participantes, como escolaridade e situação civil. Analisando a composição do público participante da pesquisa, é válido ressaltar

que todos os participantes são do sexo feminino, a maioria é solteira, residem em Alagoinhas, e possuem no mínimo o ensino médio completo.

### 3.1.1.2 Aspectos Éticos

Este estudo respeitou os princípios éticos de pesquisa previstos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Respeitando as orientações éticas, foi solicitado a todos os entrevistados que assinassem o termo de consentimento livre e esclarecido, aprimorado com vistas ao esclarecimento dos participantes do estudo. O material coletado a partir das entrevistas foi avaliado de maneira qualitativa, com base na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), quando os temas abordados foram separados em categorias a serem examinadas.

A seguir, vejamos os resultados:

## 3.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS SUJEITOS ESTUDADOS

**Tabela 1: Análise descritiva dos sujeitos estudados**

<b>Variáveis</b>	<i>N</i>
<b>Idade em meses (média e DP)</b>	29.1
<b>Sexo feminino</b>	7
<b>Religião</b>	
Católica	4
Espírita	2
Não respondeu	1
<b>Naturalidade</b>	
Alagoinhas	4
Salvador	1
Olindina	1
Não respondeu	1
<b>Procedência</b>	
Alagoinhas	6
Não respondeu	1 (14.3)
<b>Escolaridade</b>	
Ensino Médio	3
Superior incompleto	1
Superior complete	3

**Idade das participantes**

Biografia 1	29
Biografia 2	33
Biografia 3	34
Biografia 4	28
Biografia 5	24
Biografia 6	28
Biografia 7	24

**Estado Civil**

Solteiro	6
Outros	1

**Ocupação**

Assalariado	4
Funcionário público	1
Autônomo	1
Outros	1

**Renda Familiar**

Até 1 salário mínimo	2
1 a 3 salários mínimos	2
4 a 7 salários mínimos	3



Tabela 2: Descrição da Recomposição Familiar

Descrição da Recomposição Familiar									
Nº do sujeito	Idade do sujeito	Anos desde a separação dos pais	Sexo da pessoa com papel parental	Vínculo	Ano em que a pessoa começou a desempenhar um papel	Estado civil dessa pessoa à época	Residência comum à época	Ocupação	Residência comum atualmente
1	29	25	Masculino	Padrasto	Não respondeu	Solteiro	Sim	Outros	Sim
2	33	26	Masculino	Padrasto	1988	Solteiro	Sim	Autônomo	Não
3	29	18	Feminino	Avó	1994	Divorciado	Sim	Funcionário Público	Sim
4	27	20	Feminino	Avó	1992	Viúvo	Sim	Aposentado	Sim
5	29	25	Feminino	Avó	1988	Viúvo	Sim	Funcionário Público	Sim
6	32	12	Masculino	Padrasto	Não respondeu	Divorciado	Não	Aposentado	Não
7	25	22	Masculino	Tio	1990	Casado	Não	Funcionário Público	Não

### **3.2.1 Relatos dos informantes**

Foi elaborado um questionário semi-estruturado a partir do referencial teórico, que enfatiza a necessidade de compreensão da experiência vivida pelos filhos com a separação dos pais, a relação destes com padrastos ou madrastas representando a reconstituição familiar.

Ao final da entrevista, os informantes relataram que foi importante para eles relembrares fatos de vida, ainda que para alguns tenham sido momentos difíceis de dor e conflitos, porque não dialogavam sobre tal assunto com outras pessoas, sendo um momento de desabafo e reflexão.

A coleta de dados aconteceu na residência dos informantes e em minha residência, no período dos anos de 2012 a 2013, na cidade de Alagoinhas, Bahia. Através da solicitação dos próprios participantes da pesquisa, alguns afirmavam sentirem-se mais à vontade em sua residência, outros na minha em falar sobre o assunto sem a presença de nenhum familiar ou amigo.

Inicialmente, realizei uma breve explicação dos objetivos e da maneira como iria transcorrer a entrevista, para que ocorresse de forma simples, todavia para que as informações não fossem veladas. Isto foi necessário, porque trabalhei com elementos da intimidade da vida familiar, que muitas vezes não são abordados dentro do âmbito familiar e que despertam e pressupõem conflitos. Solicitei ainda a permissão do uso do gravador para a obtenção fidedigna dos relatos. É válido salientar que à medida que a entrevista acontecia, os informantes sentiam-se mais à vontade para relatar fatos de sua vida e com uma maior riqueza de detalhes.

### **3.2.2 Biografia 01**

Sexo feminino, 29 anos, solteira, tem ensino médio completo, trabalha numa empresa de venda de Motos, assalariada, atualmente reside sozinha, numa casa própria. O contato com a mãe é pouco frequente, devido à distância de bairros onde residem e algumas mágoas relatadas pela informante referente ao término do relacionamento da mãe com o pai. A mãe da participante da pesquisa se casou novamente, não legalmente, e o seu companheiro convivia na mesma casa com elas e mais dois irmãos. A convivência, inicialmente, era ruim, sobretudo

por que a informante não aceitava o padrasto como membro integrante da família e por seu pai ter sofrido muito com a separação. Salienta que este companheiro da sua mãe era amigo seu, frequentava sua casa, tinham amigos em comuns, logo se sentiu traída também, porque jamais imaginava que ele fosse se envolver com sua mãe. Conta que teve muitos conflitos com ele, com a mãe, já teve brigas de pararem na delegacia. Em decorrência disto, foi morar em outro estado durante alguns anos, indo residir com a tia. Participou de ritos de umbanda, envolveu-se com outras mulheres. Após isso, retorna à casa da mãe, ainda sem aceitar o relacionamento desta com o padrasto, consegue comprar uma casa e hoje mora sozinha. Atualmente, sua mãe não está mais com o companheiro. Devido a isto, seu relacionamento com esta melhorou muito. A relação com a nova companheira do seu pai é sem maiores intimidades, já que não tem muito contato. A participante lamenta muito o fim do relacionamento dos pais, ressaltando que teve o convívio com o pai prejudicado, e a relação com a mãe estremecida, por ter ainda mágoas desta, apontando ser ela própria a principal responsável pela desestrutura familiar. Apesar do relacionamento dos seus pais não ter dado certo, a entrevistada conta que acredita em casamento, tem esse sonho, mas no momento diz estar em conflito, porque ama uma mulher, e perante a sociedade, a união homossexual não é bem vista, mas quando estiver segura do que quer, pensa em casar e realizar inseminação artificial a fim de poder procriar. 49

### **3.3.3 Biografia 02**

Sexo feminino, 33 anos, solteira, ensino superior completo, pós-graduação em curso. Trabalha numa cervejaria como coordenadora de vendas. Reside atualmente sozinha, sem busca de independência e privacidade. Seu contato com a mãe é frequente, está sempre indo à sua casa. Com o padrasto o contato é menor, pois sua mãe e este estão em processo de separação. Quando seus pais biológicos se separaram, tinha cinco anos de idade, contando que tem poucas lembranças do ocorrido, Salienta que houve muitas brigas entre eles o que a deixava, assim como seus dois irmãos, apavorados, pois presenciavam. Contudo, não entendiam o que acontecia por conta da idade, por serem muito pequenos. Relata que sua avó paterna tentava apaziguar a situação de conflito entre eles, pois assim como ela ninguém da família era a favor da separação que, contudo, inevitável. Após o divórcio tanto sua mãe quanto seu pai tiveram outros relacionamentos; com os quais manteve relacionamentos

normais, apesar de que salienta que com sua madrasta teve alguns conflitos. Já com o padrasto, inicialmente tinha-o como um pai, já que foi morar na sua casa e a convivência era intensa. Todavia, a relação com este foi mudando durante tempo em decorrência de ciúmes deste com relação a ela e irmãos. A informante relata que apesar do relacionamento dos seus pais biológicos não ter dado certo que ela pensa em se casar, não como sugere a lei, no papel, legalmente falando, mas quer ter alguém para constituir família. 50

### **3.2.3 Biografia 03**

Sexo feminino, 34 anos, solteira, ensino superior completo, pós-graduação em curso, é professora de inglês em instituição de ensino estadual, atua lecionando no ensino fundamental e infantil. Reside com a mãe e irmão. Seus pais se separaram aos vinte anos de idade; conta ter sido muito difícil a separação e ter vivenciado tudo com muita clareza em decorrência da sua idade já na fase adulta. Muitos conflitos, discussões, tudo presenciado por ela e pelo irmão. Salienta ter sido uma fase complexa porque não queria e não aceitava o divórcio dos pais. Conta que não houve pessoas na sua família que se envolveram no processo de separação porque a maioria na época, não residia na mesma cidade. Com o divórcio, seu pai saiu de casa e a informante continuou a residir com a mãe, como até hoje. Inicialmente, ficou com raiva da mãe, porque concluiu que o casamento não deu certo porque a mãe era intransigente, tinha ideias muito opostas às do pai. Todavia, com o passar dos anos, essa ideia foi desconstruída e convive com a mãe bem, partilhando e são parceiras. Seu pai se casou novamente, tem filhos deste outro relacionamento. A sua mãe está em um relacionamento estável, mas optou em não se casar novamente. A pesquisada mantém relacionamento saudável, tanto com a esposa do seu pai. Válido ressaltar que é madrinha do filho do casal e com o namorado da sua mãe tem pouca intimidade, segundo a mesma por não conviverem próximos. A informante relata que, independente dos relacionamentos dos pais não haver dado certo, ela acredita no casamento e é um dos seus planos de vida.

### **3.2.4 Biografia 04**

Sexo feminino, vinte e oito anos, casada, reside com o companheiro e sua filha (sete anos). Ensino superior completo, graduada em Educação Física. Seus pais se separaram

quando tinha dez anos de idade. Relata que foi um período conflituoso, porque seu pai biológico já estava com uma mulher, com a qual até hoje não criou laços afetivos e nem de amizade, por não terem contato frequente. Lembra de brigas, discussões, já entendia que o casamento dos pais não ia bem, vendo o sofrimento da mãe, mas não se envolvia; queria ver os pais juntos e acreditava que eram apenas brigas de casais. Sua mãe não se casou novamente, tinha namoros esporádicos. A mãe quis se dedicar a ela e à irmã e nunca quis se casar novamente. Nesta época, relata que foram morar com sua avó materna, que foi a pessoa de grande importância na vida dela e da irmã, pois foi quem assumiu o papel de pai na vida delas, assumindo gastos financeiros como roupa, escola, etc. Conta que a fase inicial da separação foi complicado porque sentia falta da figura paterna em casa, nos lugares que frequentava. Todavia, com o tempo e seu amadurecimento, estas carências foram desaparecendo. A informante ressalta que, apesar do relacionamento dos seus pais não ter dado certo, ela acredita na união conjugal, já que atualmente está casada e que, apesar dos conflitos normais de um casamento, vale a pena ter alguém como companheiro ainda mais quando se tem filho.

### **3.2.5 Biografia 05**

Sexo feminino, vinte e quatro anos, solteira, ensino médio completo, trabalha como recepcionista em uma imobiliária. Seus pais se separaram quando tinha cinco anos de idade, o que dificulta muitas informações sobre o período. Relata que lembra apenas de algumas confusões, entre os pais, que este já tinha outra mulher, com a qual convive até hoje, mas não tem intimidade com ela, pois não tem contatos frequentes, mantém uma relação saudável, porém sem muita familiaridade. Relata não entender direito o que acontecia na época, segundo a informante ou por ser muito pequena ou porque não queriam contar de fato o que ocorria. Relata que nesta época foi morar com a sua avó materna, salientando que esta foi de apoio fundamental, a pessoa que deu suporte afetivo e financeiro a ela sua irmã e mãe. A presença do pai foi diminuída, por conta do ocorrido inicialmente, mas relata que tem viva a lembrança do pai na sua infância e adolescência. Este buscou se fazer presente, sempre que possível, segundo a informante. Conta que sua mãe não se casou novamente, teve alguns namorados, mas até hoje por opção dela quis ficar sozinha. Salienta que gostaria que a mãe tivesse um companheiro, mas respeita a sua decisão de não se casar mais. A informante conta

que, apesar do casamento dos pais não ter dado certo, ela pensa em casar e agora que esta grávida acredita que vai ser mais rápido do que ela imaginou.

### **3.2.6 Biografia 06**

Sexo feminino, vinte e oito anos, ensino médio completo, técnica em enfermagem, atualmente trabalha na área como acompanhante de idosos. Mora sozinha, mas próxima da mãe e das irmãs. Quando seus pais se separaram tinha cinco anos de idade, portanto lembra muito pouco sobre o período da separação. A pesquisada relata que recorda que quando ele ia visitar ela e as irmãs se escondiam porque não queriam vê-lo, pois ele havia se tornado um estranho, com sua saída de casa. Conta que sua mãe dizia que o pai bebia muito, que possivelmente tinha muitas brigas entre eles. Sua mãe não tinha boas condições financeiras, passou por situações difíceis. Relata que a presença da sua avó materna foi de extrema relevância no período da sua infância e adolescência, pois foi morar com ela após o ocorrido, passou ser a pessoa responsável por ela e com quem criou vínculo afetivo forte. A informante continuou tendo pouco contato com o pai, que foi morar em outra cidade, logo com a sua madrasta não criou vínculo. Relata que a influência do pai na sua vida não foi significativa, pouco colaborava financeiramente, tiveram poucos encontros durante o período da adolescência e ficou carente da figura paterna. Ressalta com muita ênfase a presença da avó como figura determinante e indispensável para sua criação. Sua mãe se casou novamente, teve mais quatro filhos, com os quais mantém bom relacionamento, segunda a mesma o carinho, a preocupação é a mesma como a dos irmãos biológicos., Salienta que ajudou muito a mãe na criação destes. Conta que tinha relacionamento estável com o padrasto sem maiores intimidades. A informante conta que, apesar do casamento dos pais não ter dado certo, tem sonho em se casar e constituir família, sendo uma das metas da sua vida.

### **3.2.7 Biografia 07**

Sexo feminino, vinte e quatro anos, solteira, recepcionista numa empresa de contabilidade, ensino médio completo, reside com a mãe. Seus pais se separaram quando tinha apenas três anos de idade, mas ressalta que consegue lembrar-se de muitas coisas. O período vivenciado da separação não foi doloroso para a mesma no momento ocorrido.

Todavia com o passar do tempo e com o seu crescimento o sofrimento foi muito grande, pois o pivô da separação dos seus pais foi sua tia materna. Seu pai foi morar com ela, foram casados durante anos até o seu falecimento. O relacionamento com a tia/madrasta foi difícil em decorrência das circunstâncias. A participante ia passar finais de semana na casa do pai e era tratada sem muito afeto pela tia. Esta a privava de certas coisas, como brincar com os primos. Foi construído entre elas um relacionamento de conflitos e, com o passar do tempo, de indiferença. Por conta de tal situação, o convívio com o pai foi se tornando cada vez mais escasso, o que lamenta a informante, que salienta que apesar da situação ter sido complexa, ama muito o pai e sua tia não era boa companhia para ele pois a tia não sabia cuidar e tinha interesses outros para estar com ele. Sua mãe apenas teve relacionamentos esporádicos, nada sério. Acredita que a mãe se bloqueou para novos relacionamentos, por conta do ocorrido, por ter sido uma traição familiar, uma fase muito sofrida e inesquecível para a mãe. A informante relata que, apesar do casamento dos pais não ter dado, certo ela pensa em ter um companheiro para ter filho, para ser cúmplice e viver uma vida a dois.

### 3.3 REFLETINDO SOBRE OS DADOS

Após a descrição do percurso de campo e das dificuldades inerentes ao processo de pesquisa, busquei neste capítulo proceder à análise dos dados obtidos, sejam eles de forma quantitativa ou qualitativa. Iniciarei com os dados quantitativos e em seguida os qualitativos, obtidos através das entrevistas realizadas com as sete jovens do sexo feminino, com o objetivo de proceder a uma análise de como as filhas vivenciaram e vivenciam a separação dos pais e a convivência com um novo membro, quando houve.

Ficou constatado que todas as sete entrevistadas conviviam em uma família nuclear, e sofreram alteração na estrutura do grupo familiar ao longo da sua vida. Este número pressupõe a existência de outros tipos familiares, como as famílias compostas por padrastos/madrastas, somente por avós, famílias monoparentais (família formada por pai ou mãe, sem a participação do outro genitor), entre outros tipos de famílias.

Com o objetivo de analisar as questões referentes aos filhos de pais separados, observei que dos sete entrevistados, seis após a separação dos pais continuaram a residir com a mãe e apenas uma foi morar com a avó. Estes números confirmam uma tendência já identificada nos dados do IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2011, aponta que

“[...] a manutenção da hegemonia das mulheres na responsabilidade pela guarda dos filhos menores, o que ocorreu em 87,6% das dissoluções ocorridas em 2011. A preponderância das mulheres na guarda dos filhos menores foi observada em todos os estados, sendo maior na Bahia (94,4%) e menor em Roraima (74,3%).”

No entanto, é válido ressaltar que, nesta pesquisa, tratou-se de mulheres adultas, onde pude perceber que algumas já estão assumindo uma nova família através da união conjugal, enquanto que outras continuam a conviver com os mesmos familiares desde a separação dos pais.

Analisando o quadro 1, observa-se que os pais não se fazem presentes no cotidiano de todas as filhas, já que os dois não habitam mais na mesma residência. Ficou constatado então que os pais se ausentaram com a separação e os contatos com as filhas tornaram-se esporádicos. Face a isso, será que para os pais o convívio com os filhos só é real se estiverem residindo numa mesma casa? Então qual a frequência e importância de contatos entre pais biológicos e filhos após a separação? Esse é assunto para outra pesquisa.

Percebi que entre as filhas de pais separados, a maioria delas tem ou tiveram padrasto ao longo da sua vida, enquanto que uma minoria afirmou ter madrasta. O fato de possuir madrasta ou padrasto não significa que houve convivência, já que aqueles podem ser companheiros do pai/mãe guardião, e por isso, não manter um contato cotidiano. Um dado igualmente importante é que apenas uma das entrevistadas cita o padrasto como na época considerado como um pai, possivelmente porque este foi um dos poucos casos em que a mãe se casou novamente e o padrasto teve convivência diária com esta. Ainda que este seja um dado de minoria, é relevante para percebermos que posições o padrasto pode ocupar dentro da família, sendo um deles o papel de substituição do pai biológico.

Ao analisar os dados referentes aos conflitos vivenciados durante o período de separação, em todos os sete casos este processo foi difícil tanto para os pais, quanto para os filhos, já que ocorreram conflitos, brigas, não aceitação, etc.

### 3.4 DADOS QUALITATIVOS: OS RELATOS

A partir das narrativas das sete participantes da pesquisa e à luz da bibliografia consultada, buscarei aqui realizar algumas incursões interpretativas dos dados coletados. Seguindo o questionário e a natureza das respostas dadas, cheguei a quatro termos de análise



que me serviram de base à análise dos discursos. São eles: 1/ A Experiência da Separação das filhas de Pais Separados; 2/ Rede Social Familiar ; 3/ Relacionamento.

Assim, as próprias narrativas foram me conduzindo à apreciação de que no contexto de uma separação a experiência dos filhos está intimamente à convivência dentro da rede, que se mobiliza com o evento da separação. Da mesma forma, a compreensão da experiência das filhas de pais separados está atrelada ao surgimento de um novo relacionamento, de um ou dos dois pais. As narrativas dão conta, assim, de uma experiência que oscila entre a separação e a vivência do rompimento do vínculo parental e a emergência de um novo relacionamento dos pais, quando se estabelece a presença de um novo membro: padrasto/madrasta.

### 3.4.1 A Experiência da Separação das filhas de Pais Separados

Com o intuito de apresentar a experiência vivenciada pelos filhos de pais separados, a análise foi realizada a partir dos discursos das próprias filhas entrevistadas.

Com isso proponho começar com o que de fato as colocaram com este título de: filhas de pais separados, ressaltando o processo de dissolução da conjugalidade.

Observou-se que todas as informantes relataram, mesmo as que tinham na época pouca idade, donde poucas lembranças, que foi um período conflituoso, de brigas e desconfortos na família. A separação foi vivenciada como algo danoso pelos filhos, partindo do princípio, segundo as informantes, que a presença do pai na vida delas ficou prejudicada, dado que, em todos os casos, foi o pai biológico que teve sair de casa. A falta da figura paterna foi sentida como algo danoso. Todavia, em um dos casos, a informante relata que o padrasto assumiu esta figura de pai, pelo menos na sua infância e adolescência.

É válido salientar que nos novos arranjos familiares e em especial nesta pesquisa, outros familiares surgiram como substitutos ou figuras de apoio como um tio e em três dos casos a figura da avó materna foi de extrema relevância funcional para a reestruturação familiar:

*“Minha avó... a presença de minha avó foi importante demais, ela foi nosso pai, dela ajudar minha mãe, o que meu pai tinha que fazer ela que assumiu: pagar escola, roupa, tudo...”*

Ainda que os avós também sejam influenciados pela separação/divórcio de um (a) filho (a), possivelmente eles estejam em uma fase mais estável nas suas vidas, possibilitando apoio emocional ou outra aos seus filhos, ex-genros/ noras e netos, exercendo um papel

importante de amparo e assistência (GLADSTONE, 1988; JONHSON, 1988 *apud* ARAÚJO & DIAS, 2002).

A traição por parte dos homens (pais) foi também um fator enfatizado pelas filhas, em especial a de uma das informantes em que a infidelidade do pai foi contextualizada por um relacionamento amoroso com sua tia (irmã da sua mãe), sendo desta maneira um processo muito doloroso para toda família.

*“Na época eu não tinha como entender, era muito pequena, foi traição, ela não perdoou, hoje vejo que foi uma coisa muito errada, porque foi com a irmã dela. Ele teve um filho com ela, é um primo irmão”.*

Mas houve também em um dos casos das entrevistadas, a mãe que traiu o esposo.

*“F. era meu amigo e de repente ele estava dentro de minha casa com minha mãe”.*

Em relação à decisão de separação, a maioria das mães das entrevistadas foi quem tomou a decisão do divórcio.

*“Minha mãe ia morar na casa de uma amiga, daí pedimos para meu pai sair de casa...e como nós três éramos crianças ele saiu...”.*  
*“...a gente ouvia as conversas dentro de casa que ele era um desocupado, que não ajudava em nada...eu só sei de histórias que ele tinha muito ciúmes dela, que ele bebia muito, minha mãe não aguentou e não quis mais...”.*

A falta de comprometimento e a alienação emocional são mencionadas como as principais causas para o fim do casamento, mostrando que resultados diferentes podem estar relacionados com baixas competências centrais como a comunicação e a resolução de problemas (BODENMANN *et al.*, 2007). As filhas entrevistadas, após o discurso do processo de dissolução do casamento dos pais, do momento doloroso que foi para os pais e conseqüente para elas, ressaltam que suas mães não se abstiveram de explicar que um casamento estava sendo desfeito. Acredita-se na ficção social de que dialogar sobre assuntos dolorosos aumenta o sofrimento, mas que precisa ser esclarecido, já que as crianças raramente identificam o estresse conjugal e mesmo identificando, nem sempre associam a relação causal conflito-separação (SOUZA, 2000).

### 3.4.2 Rede Social Familiar

A rede social familiar é um dos pontos que achei interessante abordar na pesquisa por acreditar que, as pessoas que circulavam no ambiente familiar durante o processo de separação foram importantes contribuindo ou interferindo neste período.

A religião não foi mencionada em nenhuma das falas das entrevistadas, ficando claro que não houve influência da mesma na questão separação dos pais.

*“...tinha minha avó materna, o pai dele também, alguns tios... eles estavam próximos para ajudar a gente, de dar algum lugar para morar, para viver...”*

*“Minha avó que foi fundamental, minha avó que foi a principal, que deu apoio, suporte...”*

*“Minha avó, minhas primas, tias, ficou todo mundo contra minha mãe, minha avó materna continuava a chamar meu pai pra comer feijão e minha avó tomou pavor a esse namorado de minha mãe...”*

Como aponta a literatura especializada, nos casos de separação conjugal, é muito comum a participação de outros membros da família. Na maioria das entrevistadas existiu algum familiar, sobretudo avós e tios que participaram do processo dando apoio aos filhos do casal separado, embora isso não se signifique apoio ao casal, muitos se omitindo ou negando a decisão do casal como uma reação inicial à situação.

### 3.4.3 Relacionamento

O que se observou na pesquisa é que as filhas aceitaram inicialmente a separação, a maioria por ainda serem crianças pequenas e não entenderem de fato o que se passava e depois foram aceitando os fatos, porque passaram a perceber que eram demasiados os conflitos entre os pais. A pesquisa não foi estendida aos pais, então pouco sabemos sobre a história da separação, a não ser pelo prisma da experiência dos filhos de viver a separação do casal-parental. Todas as entrevistadas, no entanto, afirmam ter lembranças dos conflitos em casa, mas dificilmente seriam capazes de relatar como cada um dos pais viveu a separação.

É importante perceber que ambos os pais tiveram outros relacionamentos, mesmo que esporádicos, e logo as participantes tiveram algum tipo de contato com padrasto/madrasta.

Outro dado a ser analisado é que nos dois casos em que o padrasto foi uma figura presente na vida dos filhos, isto é, que residiram com as informantes na mesma casa pode-se verificar fatores discrepantes. No caso da mãe que traiu o pai e com o término do enlace conjugal o namorado foi morar com ela, a participante tinha um péssimo convívio com o padrasto. *“Francisco foi a catástrofe da minha família, veio para destruir...”*, porque no caso em que o padrasto assume o papel de substituição, buscando na relação assumir este novo papel de pai, ainda que se considerem as dificuldades iniciais neste processo, foi diferente.

*“...tínhamos a visão de que ele era um pai, não tinha aquela coisa direta de pai, mas ele era como se fosse um fiscal, ele dizia oh conversa com A. que ela esta de namorinho, tínhamos uma relação boa, de respeito, ele era cuidadoso”.*

Nas famílias onde há a substituição do pai biológico pelo padrasto é comum que as famílias terminem por se estruturar nos padrões de uma família nuclear. Ou seja, o padrasto acaba por assumir as funções de pai, juntamente com as da mãe. Válido salientar que a motivação para a substituição desse papel se deve a uma ausência do pai biológico, isto é, quando este não participa efetivamente das atividades diárias do filho, logo termina por facilitar a presença cativa do padrasto, que fica propenso a assumir o papel paterno.

A questão da idade dos enteados no início da convivência mostrou que, quanto mais novos forem, maior a probabilidade do padrasto assumir o papel de pai, partindo do princípio de que a criança mais nova necessita de mais cuidados, como pode ser percebido no caso de A.

*“Quando minha mãe conheceu P. éramos muito pequenos, tínhamos uma visão de que ele era pai, não tinha aquela coisa direta de pai, mas tínhamos uma boa relação, ele era muito cuidadoso, de respeito...”.*

Outro ponto importante a ser analisado nesta pesquisa diz respeito às diferenças sociais no interior das famílias entrevistadas. Apesar de todas pertencerem à classe média e, em sua maioria, apresentarem uma “igualdade social” – quanto às situações financeiras, de escolaridade, de inserção profissional –, constatei a existência de dois casos em que a diferença de renda individual financeira foi determinante para o retardamento do divórcio. Nestes dois casos, as mães eram dependentes financeiramente dos seus esposos, não tinham trabalho fora do lar, o que gerou possivelmente uma preocupação com o sustento da casa e primordialmente com os filhos. Ainda que contemporaneamente, como vimos no capítulo inicial desse trabalho, as

mulheres venham buscando a igualdade de gênero, revelada, sobretudo, na busca por independência financeira, podemos observar que o desejo de ‘independência’ pode ser obstaculizado quando a situação conjugal está em crise. Isto significa dizer que ainda recai sobre a mulher o peso da separação e de suas tomadas de decisões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por serem assuntos tão presentes e comuns na contemporaneidade, a separação conjugal, o divórcio, o recasamento e a reconstituição familiar, parece ser necessária a elaboração de procedimentos de assistência especializada às famílias que vivenciam tais experiências. As pesquisas voltadas para estes temas têm insistido na importância de se dar atenção aos ‘filhos’. Ou seja, em meio à crise conjugal, mulheres e homens necessitam do exercício da maturidade a fim de bem encaminhar a reação dos filhos à nova fase que se inicia. Boa parte da literatura especializada ressalta os dramas aos quais o casal e os filhos precisarão enfrentar no desenrolar da história da separação. Cada casal vive esta experiência diferentemente e o grau de desgaste e ansiedade está intimamente ligado à capacidade do casal de encontrar soluções positivas para o enfrentamento da ‘quebra do vínculo’, além de outras variáveis, tais como independência financeira dos cônjuges, idade dos filhos, rede de apoio.

A separação pode também ser uma nova chance para todos da família. Em tempo, outros estudos na área são necessários para que se possam esclarecer melhor as ações dos profissionais que trabalham com famílias divorciadas e questões afins, e a quem mais possa interessar.

Este trabalho se propôs estudar a experiência de filhos de pais separados ou como estes viveram a experiência de separação dos pais. Embora se trate de uma reconstituição de uma experiência que se passou na maioria dos casos na infância, pretendi investigar se as elaborações das filhas, hoje adultas, acerca da separação eram positivas ou negativas. A separação e o surgimento de um novo relacionamento são duas situações que se confundem nas narrativas da experiência da separação. Fazer parte de uma nova configuração familiar (após recasamento de um dos pais ou dos dois) não aparece como um evento negativo, embora seu lugar (da filha entrevistada) tenha sido motivo de estranhamento. Qual é o lugar dos filhos/enteados numa família recomposta? Qual o papel do padrasto/madrasta e qual o limite da sua atuação? Estas perguntas foram motivo de muitas pesquisas e grande parte da literatura especializada mobilizou uma série de variáveis para respondê-las.

Verifica-se uma limitação no presente estudo ao considerar a amostra com nenhum respondente do sexo masculino, apesar de que estes e outros temas podem ser objeto de futuros estudos. Entretanto, dados significativos foram revelados na coleta e análise dos

dados. Desta maneira, através da análise das entrevistas das vivências e sentimentos das entrevistadas, verificou-se, que nem sempre o divórcio pode ser interpretado de forma negativa em filhos de pais separados. O divórcio e, conseqüentemente, o recasamento pode acontecer em qualquer fase vital da família, porém esta pesquisa engloba as famílias com filhas adultas.

Não se pode generalizar que o processo de separação conjugal e o recasamento, sejam acontecimentos corriqueiros e naturais para as famílias que o vivenciaram. Entretanto, neste estudo, chegou-se à conclusão de que as filhas participantes assimilaram essa experiência de forma positiva, já que o relacionamento dos seus pais não estava em harmonia.

Os resultados mostram que as mulheres pesquisadas não conviveram com o pai (mesmo que nenhuma delas tenha relatado a falta deles), e suas relações tiveram os laços cortados. Enfatizo a necessidade de intervenções preventivas, destinadas a manter os pais envolvidos, não apenas com a separação conjugal, mas também anos mais tarde. As intervenções podem ser mais eficazes quando se concentram no estabelecimento da família divorciada como um sistema de funcionamento saudável (AHRONS, 1996), ajudando os pais divorciados a melhorar a sua comunicação como um meio de manter e aumentar o envolvimento do pai.

## REFERÊNCIAS

AHRONS, C. e TANNER, J. Adult Children and Their Fathers: Relationship Changes 20 Years After Parental Divorce, 2003, p. 340–351.

ALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125

ANDOLFI, M. **A crise do casal**. Uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002, pp.13-28

ARAÚJO, M. R. G. L. e Dias, C. M. S. B. **Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais**. Estudos de Psicologia, v. 7, n1, 2002, p. 919-1101.

AUN, J. G.; VASCONCELLOS, M. J.; COELHO, S. V. As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. In: **Atendimento sistêmico de famílias e rede sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos**. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2005, v.1, p.152-164.

ÁVILA, E. M. **Mediação Familiar: formação de Base**, 2004. Disponível em <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/mediacaofamiliar/apostila.pdf>. Acesso 12 de jan. de 2012.

ÁVILA, E.M.. **Le transfert de pratiques de médiation familiale: une étude Quebec - Brésil**. Dissertação de Mestrado, apresentado a Universidade de Montréal, Canadá, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1977

BASTOS, A. C.S.; ALCÂNTARA, M. A. R.; SANTOS, J. E. F. Novas famílias urbanas. In: E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho e S. H. Koller (Orgs.), **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, pp. 99 -135.

BESSA, Gabriela. **Pais Separados** – Portal São Francisco. Disponível em: [www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/...pais-separados/pais-separados.php](http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/...pais-separados/pais-separados.php). Acesso em: 03 nov. 2012.



BODENMANN, G., CHARVOZ, L., BRADBURY, L. N., BERTONI, A., LAFRATE, R., GIULIANI, C. **The role of stress in divorce: A three-nation retrospective study.** Journal of Social and Personal Relationships, v. 24, n. 5, pp. 707-728, 2007

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Estatísticos de 2010.**

BREWIN, C. R., Andrews; GOTLIB, I.H. . Psychopathology and early experience: Are appraisal of retrospective reports. **Psychological Bulletin.** v, 113, pp.82-98, 1993

BRITO, L. **Família pós-divórcio: a visão dos filhos.** Psicologia: Ciência e Profissão. Ano 27, n, 1, pp. 32-45, 2007.

BRITO, L. Torraca de; CARDOSO, Andréia Ribeiro; OLIVEIRA, J. Dominoni Gomes de. **Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos.** Psicol. cienc. prof. [online]. v. 30, n. 4, pp.810-823, 2010.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A, GUERRA, V. N. A. (orgs). **Infância e Violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento.** São Paulo: Cortez ed, 1993.

BRUSCHINI, Cristina. **Estrutura Familiar e Vida Cotidiana na Cidade de São Paulo.** Tese de Doutorado, DCS, FFLCH-USP, São Paulo, 1986, mimeo

CADOLLE, Sylvie. **Être Parent, Être Beau-Parent.** La Recomposition de la Famille, Paris, Éditions Odile Jacob. 2000.

CADOLLE, Sylvie. **La transformation des enjeux du divorce. la coparentalité à l'épreuve des faits.** Informations Sociales, n 122, pp.136-147, 2005.

CAMPANINI, G. **Realtà e problemi della famiglia contemporânea.** Milano: Paoline, 1989.

CARTER, E., MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001

COELHO, S. V. Abordagens psicossociais da família. In J. G. Aun, M. J. Esteves de Vasconcellos & S. V. Coelho (Orgs.), **Atendimento de famílias e redes sociais: Fundamentos teóricos e epistemológicos,** Belo Horizonte: Ophicina da Arte &Prosa. pp. 145-232, 2005

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, **Postmodernism and Organizational Analysis**: an introduction. Organization Studies. Berlim: 9/1, 1988

COOPER, Robert. Modernism, **Post Modernism and Organizational Analysis 3**: the contribution of Jacques Derrida. Organization Studies. Berlim: 10/4, 1989

D'AVILA NETO, M. I. **O autoritarismo e a mulher**: o jogo de dominação macho-fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Artes e Contos. p.132, 1994

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

DESSEN, M. A., & Braz, M. P. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In Dessen, M. A.; Costa Junior, A. L. (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humano**: Tendências atuais e perspectivas futuras (pp.132-151). Porto Alegre: Artmed Editora S. A, 2005

DONATI, SCABINI, E. (Orgs.). Nuovo lessico familiare. Milano: Vita e Pensiero, 1995

DONATI, P. La società é relazione. In: Id. (Org). Lezioni di sociologia. Le categorie fondamentali per la comprensione della società. Padova: Cedam, pp. 1-54. Primo Rapporto **CISF sulla Famiglia in Italia: L'emergere della famiglia auto-poietica**. Milano: ed. San Paolo, 1998.

DONATI, P. **Família no século XXI**: abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008.

ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. **Pensamento sistêmico**: O novo paradigma da ciência. Campinas: Papyrus, 2002

ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. Pensamento sistêmico novo-paradigmático: novo-paradigmático, por quê? In: AUN, J.G.; ESTEVES DE VASCONCELLOS, M. J.; COELHO, S. V. **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais**: Fundamentos teóricos e epistemológicos. Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa, v. 1, 2005

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 44, n 2, p. 67- 70, 1995.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

FONSECA, C. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**, [Comunicação apresentada no Congresso Internacional Pesquisando a família]. Florianópolis.pp.5-31, 2002.

FONSECA, C. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**.

GLADSTONE, J. **Perceived changes in grandmother-grandchild relations following a child's separation or divorce**. *The Gerontologist*, 28, 66-72, 1988.

GOLDANI, Ana Maria. Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la "realidad" brasileña y la utopia. In: ARRIAGADA, Irma (ed). **Políticas hacias familias, protección e inclusión sociales**. Naciones Unidas/CEPAL. SERIE Seminarios y conferencias, n. 46, p. 319-345, 2005

GUTIERREZ, D. M. D. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Família, redes sociais e saúde: O imbricamento necessário. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

JACQUET, C.; COSTA, L. F. Família e opção religiosa: reflexão acerca do impacto da conversão na esfera familiar. In: JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Orgs.). **Família em mudança**. São Paulo: Editora Companhia Ilimitada Ltda, 2004.

KALOUSTIAN, S. M. (org.), **Família Brasileira a base de tudo**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

KASLOW, F. W. & Schwartz, L. L. **As dinâmicas do divórcio**. (M. Lopes e M. Carbajal, Trad.). São Paulo: Editorial Psy, 1995. (Originalmente publicado em 1987).

Lévi-Strauss, C. La famille. In C. Lévi-Strauss. **Textes de et sur claude Lévi-Strauss**. Paris: Gallimard, 1956.

LEVY L, Féres-Carneiro T. **Da maternidade impossível ao possível da filiação: sobre o desejo de adoção**. *Tempo Psicanalítico*. 33: 77-87, 2001

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E.J.(1995).Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:Eduel, p.11-25, 2003.

MESSIAS NETO, Francisco. Aspectos pontuais da guarda compartilhada. In: **Revista EMERJ**, nº 47, v. 12. Rio de Janeiro: EMERJ, jul. 2009, p. 142.

MENDONÇA, M. **Quando a Separação não é um Trauma**. *Revista Época*. São Paulo: Editora Globo, pp. 60-66, 24 jan. 2005.

MENDONÇA, Martha. **Quando a separação não é um trauma**: Novos estudos mostram que o divórcio não prejudica as crianças - ao contrário, em alguns pontos chega a ajudar. *Revista Época*, 24/1/2005, p. 61-62. Fragmento.

NAZARETH, E. R. Família e divórcio. In C. M. O. Cerveny (Ed.), **Família comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. pp. 25-37, 2004

OSÓRIO, L.C. *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

OUTEIRAL, J. (2007). Família e contemporaneidade. *Jornal Psicanalítico*, 40(42), 01-09. Acesso em 17 de setembro de 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010358352007000100005&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010358352007000100005&script=sci_arttext).

PERROT, Michelle. **O nó e o ninho**, *Veja* 25: reflexões para o futuro, São Paulo: Abril, 1993.

PETRINI, J. C. **Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. 230 p. (Coleção Ciências da Família).

POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. Pesquisa e análise qualitativa. In: POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 3. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres chefes de domicílio**: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v.12, 1993.

SAMARA, Eni M. **De que família estamos falando?** Mesa redonda da XLIII Reunião da SBPC. Rio de Janeiro: 1991.

SARAIVA, Camille de Andrade. **Ser Padrastró em famílias recompostas**: os desafios da pluriparentalidade. 2013, 102f. Dissertação (mestrado) - Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2013.

SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis/UFSC, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SCHABBEL, C. **Relações familiares na separação conjugal: Contribuições da mediação.** Psicologia: Teoria e Prática, v. 7 n. 1, p. 13-20, 2005.

SEGALEN, M. **Sociologia da Família.** Lisboa: Terramar, 1999

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea.** Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOUZA, R. M. **Depois que papai e mamãe se separaram: Um relato dos filhos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 16, n. 3, 203-211, 2000.

STRAUBE, K. M. , Gonçalves, M. P. , CENTA, M. L. **Percepção Dos Filhos Sobre o Divórcio dos Pais.** Fam. Saúde Desen., Curitiba, v.5, n.3, p.173-184, set./dez. 2003.

TILMANS-OSTYN, E. e Rourez, M., M. **Em que se transformam as fratrias depois das separações e recomposições?** Os Recursos da Fratria (Molina-Loza, C. A. e PRATES, A. M. trad.) Belo Horizonte: Editora Artesã. pp. 135-162, 1999.

TILMANS-OSTYN, Edith; MEYNCKENS-FOUREZ, Muriel. **Os recursos da fratria.** Belo Horizonte: Artesã, 2000.

VELHO, G. **A busca de coerência: coexistência entre códigos em camadas médias urbanas.** In: S.A. Figueira (org.). Cultura de psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1992.

VISHER, E., & VISHER, J. **Stepfamilies: A guide to working with stepparents and stepchildren.** New York: Brunner/Mazel, 1979.

VISHER, E. & VISHER, J. **Old loyalties, new ties.** New York, Brunner/Mazel, 1988.

WAGNER, A., Falcke, D., & Meza, E. B. D. **Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos vitais** Psicologia: Reflexão e Crítica, 10, 156-169, 1997.

WAGNER, A., Sarriera, J.C., Falcke, D., Silva, C. **La relación de los adolescentes con sus familias: un estudio comparativo entre familias de origen y reconstituidas.** Cuadernos de Terapia Familiar, v. 35, n. 36, 119-127, 1997.

WALLERSTEIN, J., & Kelly, J. **Sobrevivendo à separação:** como pais e filhos lidam com o divórcio (M. A V. Veronese, trad.). Porto Alegre: Artmed, 1998.

WALLERSTEIN, J., BLAKESLEE, Sandra. **Sonhos e realidade no divórcio:** marido, mulher e filhos dez anos depois. São Paulo: Saraiva. 1991

WEBER, Max. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1967

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1987

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS.

#### **(Contextualização da experiência da separação)**

1. Você viveu a experiência de separação dos seus pais? Conte o que você lembra disso:
  - 1.1. Que idade você tinha?
  - 1.2. Na época seus pais chegaram a conversar com você sobre a separação?

#### **(Rede social familiar)**

2. Em sua família muitas pessoas circulavam no ambiente familiar (avô (a), tios (as), primos (as), etc)? Ou sua família era mais reservada, no estilo pai, mãe e filhos?

#### **(Relacionamento – Recomposição)**

3. Um dos seus pais se casou novamente, ou encontrou um novo companheiro (a)? Algum relacionamento afetivo?
  - 3.1. Como você define a presença ou participação deste (a) na sua vida? Como se dá:
  - 3.2. Em alguma ocasião vocês já viajaram juntos, ou conviveram mais próximos? Como você percebe essa relação?
  - 3.3. Você se recorda de alguma discordância ou conflito entre você e seu “padrasto” ou “madrasta”? Pode relatar?
4. Você pensa em se casar?
5. Faça um breve comentário sobre o que significa para você o casamento (união conjugal entre duas pessoas):

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIO-DEMOGRÁFICO

1. Nome:

2. Idade:

3. Naturalidade:

4. Escolaridade:

Ensino primário

Ensino superior completo

Ensino fundamental

Ensino superior incompleto

Ensino médio

Mestrado/ Doutorado

5. Estado civil:

Solteiro

União estável

Casado

Divorciado

Viúvo

6. Ocupação

7. Renda familiar

até um salário mínimo

de um a três salários mínimos

de quatro a sete salários mínimos

acima de sete salários mínimos

8. Religião



## APÊNDICE C - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Dados de identificação

Título do Projeto: \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável: \_\_\_\_\_

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: \_\_\_\_\_

Telefones para contato: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Nome do voluntário: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ anos R.G. \_\_\_\_\_

Responsável legal (quando for o caso): \_\_\_\_\_

R.G. Responsável legal: \_\_\_\_\_

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “ \_\_\_\_\_ ” (nome do projeto), de responsabilidade do pesquisador \_\_\_\_\_ (nome).

**Especificar, a seguir, cada um dos itens abaixo, em forma de texto contínuo, usando linguagem acessível à compreensão dos interessados, independentemente de seu grau de instrução:**

- Justificativas e objetivos
- descrição detalhada dos métodos (no caso de entrevistas, explicitar se serão obtidas cópias gravadas e/ou imagens)
- desconfortos e riscos associados
- benefícios esperados (para o voluntário ou para a comunidade)
- explicar como o voluntário deve proceder para sanar eventuais dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa ou com o tratamento individual
- esclarecer que a participação é *voluntária* e que este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem prejuízos à continuidade do tratamento
- garantir a confidencialidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa
- explicitar os métodos alternativos para tratamento, quando houver
- esclarecer as formas de minimização dos riscos associados (quando for o caso)
- possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo (quando for o caso)
- nos casos de ensaios clínicos, assegurar - por parte do patrocinador, instituição, pesquisador ou promotor - o acesso ao medicamento em teste, caso se comprove sua superioridade em relação ao tratamento convencional
- valores e formas de ressarcimento de gastos inerentes à participação do voluntário no protocolo de pesquisa (transporte e alimentação), quando for o caso
- formas de indenização (reparação a danos imediatos ou tardios) e o seu responsável, quando for o caso

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

**OU**

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, responsável legal por \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo com a sua participação, como voluntário, no projeto de pesquisa acima descrito.

Alagoinhas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do voluntário ou seu responsável legal      Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

\_\_\_\_\_  
 Testemunha

\_\_\_\_\_  
 Testemunha

**Informações relevantes ao pesquisador responsável:**

**Res. 196/96 – item IV.2:** O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

**Res. 196/96 – item IV.3:**

- c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado, com explicação das causas da impossibilidade, e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.